

## 6 - Fogueira de poderes e vaidades

Numa equipe – e uso o termo aqui no sentido em que Goffman (1985) a definiu – com tantas estrelas, que chega ao poder depois de uma espera que durou um quarto de século, os atritos para ver quem brilhava e mandava mais ficaram tão fortes que geraram fogo. Na equipe governo Lula, a preocupação com a própria face superou o conceito de equipe e fez do fogo amigo uma arma utilizada com claro objetivo de iluminar a própria imagem às custas da sombra lançada sobre o colega, com o cuidado de não colocar fogo no circo, porque estavam todos abrigados sob a mesma lona. Algumas vezes, foi preciso a interferência de bombeiros e houve casos, como no episódio Roberto Jefferson, em que as chamas fugiram ao controle e queimaram muita gente. Neste capítulo vamos analisar as interações e os trabalhos de face protagonizados por Carlos Lessa, Guido Mantega, José Dirceu, Luiz Fernando Furlan, Dilma Roussef com a participação mais do que especial de Antonio Palocci Filho, e a dupla Gilberto Gil e Helio Costa.

### 6.1 – O desenvolvimentista

*De boas intenções está calçado o caminho para o inferno*

**Carlos Lessa**

Desenvolvimentista de carteirinha, o economista Carlos Lessa deixou a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aos 67 anos, para ocupar a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal fonte de financiamento de longo prazo para o setor produtivo do país. Foi indicado ao presidente Lula por dois nomes de peso da esquerda brasileira: os economistas Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares.

Desde os primeiros dias no cargo ficou claro que Lessa seria um membro destoante na equipe econômica do governo. O economista Carlos Lessa não usou de grande retórica nem fez, a princípio, ataques diretos aos outros membros da equipe, mas sua história, suas idéias expressas abertamente e, principalmente, suas atitudes

FOGO CRUZADO - Presidente do BNDES parte para atacar colega do BC ter criticado créditos de aplicação obrigatória

# Gestão de Meirelles é 'pesadelo', diz Lessa

ESTRATÉGIA

Operações do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Carlos Lessa critica gestão durante o presidente do Banco Central Henrique Meirelles, que acusou de ser um "pesadelo". Lessa atribui a Meirelles como o "grande" de uma operação para "desenvolver" o BNDES.

Assim, a operação do BC, apesar de ser de aplicação obrigatória, gerada pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, pelo "despesa" e "despesa" com a taxa de aplicação de juros de 12% (de acordo com o BNDES).

"Foi absolutamente absurdo a ideia que o presidente do Banco Central fez parte de uma operação para pagar despesa do BNDES. Não sei se ele é o responsável de operação, mas ele é o agente. Alguns livros, um relatório de ciência e ficção. Pensando pela equidade, Meirelles, por mais de sua operação, não quis se meter no lado da operação de Lessa."

Lessa critica sua crítica ao Meirelles e afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação.

"Mas Lessa fez uma operação de operação, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

Lessa critica sua crítica ao Meirelles e afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

"Lessa critica sua crítica ao Meirelles e afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

Lessa critica sua crítica ao Meirelles e afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

Lessa critica sua crítica ao Meirelles e afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."



O presidente do BNDES Carlos Lessa, aqui, fala em evento na auditoria da Biblioteca Nacional, no Rio

Meirelles, afirmou, em Foz de Iguaçu, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Disse, porém, que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

Lessa critica sua crítica ao Meirelles e afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

**Carlos Lessa**  
Presidente do BNDES

Meirelles, afirmou, em Foz de Iguaçu, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Disse, porém, que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

Lessa critica sua crítica ao Meirelles e afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

Lessa critica sua crítica ao Meirelles e afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

Meirelles, afirmou, em Foz de Iguaçu, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Disse, porém, que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

Lessa critica sua crítica ao Meirelles e afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

Lessa critica sua crítica ao Meirelles e afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação. Meirelles, afirma que a ideia de operação não é a ideia de operação."

ESTRATÉGIA

## Crédito direcionado cobra taxa menor que as do mercado

ESTRATÉGIA

O peso do crédito direcionado na formação das taxas de juros cobradas pelos bancos foi um dos principais assuntos discutidos no encontro de membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em Brasília.

No caso do crédito direcionado, as taxas de juros são determinadas pelo governo, geralmente abaixo das do mercado. Enquadra-se na categoria o financiamento habitacional, o crédito rural e as empréstimos concedidos pelo BNDES (Ban-

co Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

No caso de juros, os financiamentos com recursos do BNDES (Banco do Brasil e Caixa Econômica) são cobrados a TRP (Taxa de Juros de Longo Prazo), atualmente em 9,75% ao ano. O BNDES é a principal fonte de recursos do BNDES.

No encontro do "Conselho", o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, chegou a discutir com os membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em Brasília.

No caso do crédito direcionado, as taxas de juros são determinadas pelo governo, geralmente abaixo das do mercado. Enquadra-se na categoria o financiamento habitacional, o crédito rural e as empréstimos concedidos pelo BNDES (Ban-

## Banco alcança resultado recorde até o 3º trimestre

ESTRATÉGIA

O presidente do BNDES, Carlos Lessa, anunciou ontem que o banco obteve lucro recorde no período de 1º de janeiro a 30 de setembro deste ano.

"É o maior lucro da história do banco. O lucro total foi de R\$ 1,2 bilhão e quatro centos e cinquenta e sete mil reais", disse ele, no início da tarde.

A frase pode ser interpretada como crítica ao Banco Central, que já elevou as taxas de juros em 12% em setembro para 14,75%.

Lessa afirmou também que o BNDES só conseguiu superar 87% do resultado deste ano, de R\$ 47,3 bilhões. Ele atribuiu a esse resultado a redução de investimentos no que considerou falta de lucratividade do empreendimento e a TRP, que ainda está alta.

Meirelles, por sua vez, não se pronunciou, por falta de informações, sobre o resultado do BNDES.

"O resultado de 2009 que vem continua sendo de R\$ 46 bilhões. Estamos falando de um banco que já é maior do que o Banco Interamericano de Desenvolvimento e que, no ano que vem, vai ser maior que o Banco Mundial", disse ele, para quem se agita os empresários chamados "desperda".

escancaram as discordâncias, mesmo quando oficialmente ele negava que existiam.

Um dos primeiros episódios constrangedores foi gerado por uma entrevista dada menos de 72 horas depois de assumir o cargo, na qual Lessa defendeu a idéia de que o BNDES deveria oferecer socorro financeiro a companhias em dificuldades – não a todas – apenas às nacionais e estratégicas. **“Se o BNDES tiver de ser um hospital, será”**, diz a matéria principal da página 29 de *O Globo* de 23 de janeiro de 2003, onde ele afirma: *“Quando uma pessoa está doente ela vai para o hospital... O BNDES não vai ser um hospital? Se tiver se ser um hospital será.”*

*Nenhum banco gosta de ser hospital, mas às vezes a sociedade exige”,* voltou a dizer Lessa, um mês depois, conforme a reportagem **“BNDES ‘hospital’ de Lessa divide o governo”**, publicada na página B12, do *Estado de São Paulo* de 17 de fevereiro de 2003. A idéia, contrária a toda política austera defendida pela equipe econômica, foi prontamente descartada pelos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan. A este último, é bom lembrar, Lessa estava subordinado. *“O governo não atuará como hospital de empresas, mas apoiar soluções de mercado acertadas entre acionistas”*, disse Furlan na mesma matéria.

Era apenas o começo de uma série de atritos que durariam até o fim da passagem do economista pelo BNDES. Numa outra entrevista, publicada em 24 de maio de 2003, na página B-5 da *Folha de São Paulo* com o título: **“Estado investirá em infra-estrutura, diz Lessa”**, o presidente do BNDES volta a se confrontar com a linha defendida pelo resto a equipe econômica. Ele promete que o Estado atuaria em áreas produtivas, citando como exemplo a construção de hidrelétricas, idéia que novamente contrariava a política de austeridade fiscal e contenção de custo em vigor no governo. *“Para nós a questão é simples: o Brasil precisa ou não precisa”*.

Novo episódio polêmico protagonizado pelo presidente do BNDES ocorreu em outubro de 2003, quando o banco decidiu comprar 8,5% da Valepar, empresa controladora da Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em 1997. A decisão fez surgir rumores de que o governo pretendia ressuscitar uma velha proposta da esquerda de reestatizar a mineradora. O próprio presidente Lula manifestou preocupações com a impressão criada, que não correspondia à orientação do governo. De acordo com a reportagem **“Lula questiona Lessa sobre operação na Vale”**, da página B-4 do *Estado de São Paulo* de 15 de novembro de 2001, a reação de Lula ocorreu durante uma reunião ministerial, no qual Lessa foi questionado por tomar decisões estratégicas contrárias à orientação do governo. No caso das ações, a compra foi feita

sem comunicação prévia a ninguém, nem mesmo aos ministros do Planejamento, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, que, além de superiores hierárquicos de Lessa, eram integrantes do conselho de administração do banco. A compra dos papéis piorou ainda mais as relações de Lessa com a Fazenda. O ministro Antonio Palocci foi totalmente contra a aquisição das ações e reclamou publicamente com Lessa durante reunião com o presidente Lula e os outros ministros.

Dias depois, ao ser perguntado sobre o episódio, Carlos Lessa negou que tivesse sido advertido pelo presidente Lula. “**Não recebi advertência nenhuma**”, afirma na edição de 29 de junho de 2004 da Folha de São Paulo. Sobre o encontro que tivera com Furlan, na véspera, na reunião do conselho de administração do BNDES – o primeiro após a reunião ministerial com Lula – Lessa foi indireto, quase irônico: “*Não houve reencontro. Reencontro sugere que houve uma ruptura anterior.... Falamos normalmente: bom dia, até logo, até a semana que vem*”.

Na verdade, a animosidade e o grau de risco das interações dos dois nessa reunião chegou a tal ponto que o presidente do BNDES ameaçou se demitir da direção do banco. Foi o que mostrou a *Folha de São Paulo* de 25 de julho de 2004, ao reproduzir, na página B1, o seguinte diálogo, extraído das gravações da reunião do conselho:

**Luiz Fernando Furlan:** *Eu estou dizendo que o procedimento (da compra) não foi adequado, que não houve consulta, que não houve discussão, e, até onde eu sei, não foi uma operação de urgência.*

**Carlos Lessa:** *Nós tomamos conhecimento (...) de que havia um lote de ações na Valepar que seriam disponibilizados pelo Bradespar para as acionistas da Valepar, da qual o BNDES também é acionista. Nós tínhamos caixa e achamos que deveríamos exercer o direito de preferência. Eu consultei as altas instâncias da República na ocasião. O senhor teve conhecimento...*

**Luiz Fernando Furlan:** *Eu tive conhecimento dessa consulta através do ministro Dirceu, o que me pareceu totalmente equivocado por eu ser presidente do conselho desta instituição e por ser ministro do ministério encarregado do banco.*

**Carlos Lessa:** *Estava implícito para mim que nós deveríamos exercer um papel de proteção dos interesses brasileiros.*

**Luiz Fernando Furlan:** (...) *É intenção do BNDESPAR influir na gestão na Vale do Rio Doce?*

**Carlos Lessa:** *É intenção.*

**Luiz Fernando Furlan:** *É intenção do BNDESPAR influir também na gestão estratégica de outras companhias? Por exemplo, na área de siderurgia, na de papel e celulose ou em outras onde o protagonismo do capital nacional ainda é relevante?*

*Carlos Lessa: É nossa intenção fortalecer o capital nacional sim (...) E é intenção do próprio governo. Acho que não é uma coisa só desse presidente aqui. (Porque) se for desse presidente aqui, a carta de renúncia do presidente está à disposição.*

A postura de independência de Lessa chegou ao auge em junho de 2004, quando ele divulgou o Planejamento Estratégico do BNDES para o período 2004-2007, sem autorização ou informação prévia ao ministro Luiz Fernando Furlan, seu superior direto e presidente do conselho de administração do banco. O ministro, claro, não gostou nada da insubordinação e reclamou formalmente em carta a Lessa. Segundo reportagem da página A-4 *Estado de São Paulo* de 25 de junho de 2004, Lessa “*replicou dizendo-lhe que o BNDES está vinculado, mas não subordinado ao Ministério do Desenvolvimento*”. Diz a mesma reportagem que “*Lessa declarou que não reconhece o ministro como seu chefe imediato*”. Diante de tamanha ameaça à face do ministro, Lula precisou intervir e restabelecer a hierarquia: “*O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é subordinado ao Ministério do Desenvolvimento*”, afirmou Lula, de Nova York, para tentar apagar o incêndio, mostra reportagem “**Lula avisa Lessa que quem manda é Furlan**”. Lula reconheceu que o episódio expressava um problema na sua equipe, que poderia prejudicar o trabalho e afirmou: “*Não é normal que haja essas divergências, todos têm que trabalhar juntos para fazer as coisas fluírem.*”

Os desentendimentos públicos foram apenas a continuação de uma briga que começou antes da posse. Escolhido para o cargo antes de Furlan, Lessa sempre teve, e fez questão de demonstrar, opiniões contrárias às do ministro. Empresário, ligado ao setor exportador, Furlan defendia uma atuação forte do BNDES para incentivar as exportações. Nacionalista, Lessa, ao contrário, queria usar o banco para defender o desenvolvimento com ações sociais e foco em empresas de cunho nacional. Sem conseguir reverter a escolha do governo para o BNDES, Furlan cogitou, mas também não conseguiu, dividir o banco em duas partes, uma social que ficaria com Lessa e outra dedicada às exportações. Nomeado, Lessa deu um troco à altura da tentativa do ministro para enfraquecê-lo: perguntado sobre Furlan, que mesmo antes de ser ministro já era um empresário quase tão conhecido quanto a Sadia, empresa que dirigia até entrar no governo, Lessa respondeu secamente: “*não conheço.*”

## 6.1.2 – Artilharia contra Palocci

Furlan não foi o único alvo do fogo amigo de Lessa que, direcionando para a equipe econômica como um todo, teve em Palocci outra vítima preferencial. Em 8 de junho de 2003, a reportagem “**Lessa diz que BNDES resgatará bandeira do desenvolvimento**”, publicada na página B6 da *Folha de São Paulo*, reforça o desencontro entre as idéias do economista e a política econômica do governo. Lessa afirma estar resgatando a bandeira do desenvolvimento, abandonada há mais de 20 anos. “*O que você recupera é a bandeira do passado, a bandeira do desenvolvimento. Nisso sou uma pessoa absolutamente antiquada. A bandeira do desenvolvimento está no chão e estou querendo pegá-la*”. O texto da reportagem segue informando que *Lessa disse que o Brasil não pode “continuar como uma folha seca ao sabor da desordem financeira mundial” mas evitou se aprofundar sobre a situação macroeconômica. “Deixei meu chapéu de macroeconomista em casa”*.

Lessa também tenta fugir da briga, ameniza os ataques quando o repórter questiona sobre a contradição entre suas idéias desenvolvimentistas e a política de contenção de gastos posta em prática pelo ministro da Fazenda. E chega a usar estratégias protetoras à face do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, como mostra o trecho a seguir da mesma entrevista:

*“Acho que o ministro Palocci herdou uma situação de terra arrasada. Uma situação inteiramente desequilibrada, por erros brutais de política econômica da administração anterior. Herdou, além disso, um quadro de alarme, de inquietação quanto aos destinos financeiros do Brasil. E ele foi o gestor a colocar tranqüilidade no cenário. Nunca vi o ministro flanando a favor da concentração”*.

Ao mesmo tempo, Lessa não deixou de defender sua própria face, e reafirmar seu empenho em não sofrer imposição: “*Ninguém me manda calar a boca. Não há hipótese*”.

Um outro ataque à equipe econômica foi publicado na página A-2 do *Jornal do Brasil* de 30 de julho de 2004. “**Lessa critica juros altos do BC**”.

*“A economia brasileira é com um cavalo que é retido, porque você puxa o freio. Quando você afrouxa um pouco o freio, o crédito dá um salto à frente, numa rapidez absolutamente espetacular. E por que o Banco Central não faz isso. Porque morre de medo que a inflação reapareça”*, criticou.

Na mesma entrevista, Lessa classificou de “proibitivas” as taxas de juros praticadas no país. “*Tanto que o Brasil não cresce, só crescem os lucros dos bancos*”. O mesmo tema se repetiu na reportagem “**Lessa critica política de juros altos**”, do *Jornal do Brasil* de 27 de outubro de 2004, página A-19.

*“Eu pessoalmente acho os níveis da Selic muito altos”, comentou. “Mas, se eu estivesse sentado em uma das cadeiras do Conselho Monetário Nacional, também estaria preocupado com a inflação. Só que precisamos entender que o melhor remédio para a inflação é ampliar a produção”.*

Num outro evento, Carlos Lessa criticou a Lei de Responsabilidade Fiscal – que restringe gastos e endividamento dos governos estaduais e municipais – assumida pelo governo. Basta ver que no mesmo dia em que Lessa defendeu a flexibilização da Lei, José Dirceu, chefe da Casa Civil e então homem forte do governo, rechaçou a hipótese: *“A Lei de Responsabilidade Fiscal não tem por que ser flexibilizada. Não vamos mudar a LRF, nem romper a meta de superávit fiscal. Temos de encontrar formas mais criativas”*, disse Dirceu, conforme reportagem **Lessa critica Responsabilidade Fiscal**, do *Jornal do Brasil* de 10 de junho de 2003, página A-3.

Carlos Lessa age em total dissonância do resto do governo, como se fosse único, atuando por contra própria e não parte de uma equipe. No princípio faz suas críticas com uma certa indiretividade no ataque e muito peso na defesa de idéias. Com o passar do tempo, as críticas avançam e vão se tornando mais diretas, como bem mostra a reportagem **“Fogo amigo: Lessa diz não acreditar em apostas de Palocci”**, manchete da página B5, da *Folha de São Paulo*, de 28 de dezembro de 2003, na qual o ministro não nega suas divergências com titular da Fazenda. Vejamos os trechos mais relevantes:

**Folha:** Mas o sr. também teve atritos com Palocci...

*“Não é um a questão de atrito. Eu não tenho nenhum problema com Palocci. Eu o acho até uma pessoa afável, muito cordial e de trato humano muito agradável. Eu só não concordo com certas apostas que estão sendo feitas. Uma delas, por exemplo, é a de apostar na cooperação do investimento estrangeiro.*

**Folha:** Para o senhor, a opção de política econômica está errada?

*“O ministro da Fazenda está fazendo uma política necessária, mas não suficiente para empurrar para cima a taxa de investimento da economia. Para elevar a taxa de investimento, que é aquilo que o país precisa para ter um crescimento sustentável, é necessária uma articulação das ações internas da sociedade. E, na minha visão, o fundamental é tocar para a frente o programa de infra-estrutura. Para isso, é necessário em primeiro lugar, que a taxa de juros caia”.*

Depois de discordar publicamente de Palocci, prejudicando a atuação da equipe, Lessa tenta reenquadrar sua fala, mas não altera o que disse, apenas faz uma leitura própria da situação: *“não há problema, eu só não concordo”.*

No dia 12 de novembro de 2004, a *Folha de São Paulo* publica na página B-4: **“Gestão de Meirelles é ‘pesadelo’, diz Lessa”**, retrato do aumento na intensidade e diretividade dos atos de ameaça à face

praticados pelo presidente do BNDES. Indignado com afirmações feitas dias antes pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que culpara os créditos direcionados do BNDES, Banco do Brasil e Caixa (como o crédito habitacional, rural e empresarial que oferecem taxas abaixo da média do mercado) pelos altos *spreads* (diferença entre a taxa que os bancos pagam para captar dinheiro e o cobram para emprestar) Lessa revidou: “*Estou absolutamente convencido de que o presidente do Banco Central faz parte de uma articulação para desmontar o BNDES. Não sei se ele é financiador da orquestra, mas é o regente*”.

Não ficou só nisso. Numa reação que chegou à raias da ironia Lessa disparou:

*“Não duvido das boas intenções do sr. Meirelles, embora eu sempre me lembre do meu avô, que dizia que de boas intenções está calçado o caminho para o inferno. Tenho certeza de que ele, como bom brasileiro, pensa como eu e quer o país com taxa de inflação muito baixa, crescimento sustentável, um país que gere abundantes empregos qualificados e de carteira assinada, em que a arrecadação cresce e permite que se faça políticas sociais. Eu sei que ele sonha com as mesmas coisas que eu, mas acho que as coisas que ela faz são um pesadelo”*.

Lessa bate forte mas usa mitigação, “para abrandar ou reduzir a força do ato discursivo cujos efeitos não são bem-vindos ao ouvinte” (Blas-Arroyo, 2001, p.105) Ele elogia primeiro, tenta fazer “*yes and but*”, reconhece coisas boas no outro, minimiza a diferença – para depois atacar. Faz um movimento contraditório, preserva, depois usa ironia para por em dúvida seu próprio elogio e ameaça com força.

No dia seguinte à publicação do ataque a Meirelles, os jornais anunciaram a decisão do presidente Lula de afastar Lessa do comando do BNDES. Não foi a primeira vez que o economista viu sua demissão estampada nos jornais, nos quase dois anos que permaneceu à frente do banco atirando contra o próprio governo. Foram mais de 60 vezes, segundo contabilizou o próprio Lessa, orgulhoso de não ter sido nomeado com apoio de nenhum partido aliado e sim na cota do próprio presidente Lula. A diferença é que dessa vez era verdade. “*Não dá mais. O Lessa não tem jeito*”, afirma Lula, segundo a reportagem “**Lula decide tirar Lessa do BNDES**” do *Estado de São Paulo* de 13 de novembro de 2004. Seis dias depois Lessa deixava o cargo sem cerimônia de



transmissão ao sucessor, o até então ministro do Planejamento Guido Mantega.

*“Só tenho uma mágoa de Lula. A de ele não ter permitido a transmissão de cargo. O que eu precisava era de uma tribuna para esclarecer à nação que eu estava sendo demitido unicamente porque tinha dado uma entrevista atacando o presidente do Banco Central”, disse Lessa em entrevista publicada na página B5 da Folha de São de Paulo de 6 de fevereiro de 2006.*

## 6.2 – O economista do Lula

*Eu não vou polemizar. Polêmica não leva nada além da própria polêmica. Gasta muita energia e traz pouca luz*

### **Guido Mantega**

Considerado o principal assessor econômico de Lula durante a campanha presidencial de 1994, Guido Mantega chamava atenção por idéias que em nada lembravam o discurso dos chamados radicais da esquerda. Economista formado e doutorado pela PUC de São Paulo e professor da Fundação Getúlio Vargas, sempre defendeu o controle de gastos do governo, uma política de exportações agressiva, o fim da sobrevalorização do real frente ao dólar e a redução das taxa básica de juros. Dizia que Lula devia chegar ao poder dando um choque de credibilidade ao mercado, ou seja, deixando claro que todos os contratos seriam respeitados e a austeridade fiscal, mantida. Já empossado no governo, Mantega chegou a chocar petistas e não petistas ao afirmar que o Brasil precisa “*primeiro crescer para depois distribuir riqueza*”, reproduzindo, voluntariamente ou não, a célebre frase do economista e ministro do Planejamento da ditadura Delfim Netto, segundo a qual “é preciso fazer crescer o bolo para depois dividi-lo”. A frase sintetiza uma negação do pensamento econômico da esquerda nos últimos anos e já havia sido criticada antes até pelo próprio Mantega, conforme mostra a página A18 do *JB* de 27 de janeiro de 2004. Depois, Mantega negou ter parafraseado Delfim e disse que foi mal interpretado.

Dono de fala pausada e estilo conciliador, Guido Mantega virou uma espécie de coringa lançado pelo presidente quando era preciso apagar algum incêndio. Entrou no governo pela pasta do Planejamento, passou à presidência do BNDES quando Carlos Lessa foi demitido depois de trombar com o restante da equipe econômica e assumiu o Ministério da Fazenda, quando o poderoso Palocci foi derrubado pelo escândalo de corrupção. A função de bombeiro, entretanto, não foi suficiente para deixar Mantega longe das chamas do fogo amigo, embora em vários momentos tenha sido notável seu empenho para fugir da briga com membros do partido. Basta ver que nem mesmo quando foi chamado de “*vagabundo*” pelo ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, em letras garrafais nos principais jornais do país, Mantega quis responder. Preferiu o silêncio.

# NACIONAL

**Patrimônio de Buratti já chega a R\$ 1,5 milhão**

Página A6

**Caixa está presa à Gtech, diz seu presidente**

Página A9

**Planalto age para selar aliança PMDB-Marta**

Página A11

## CRISE NO PLANALTO

# Rodrigues chama Mantega de 'vagabundo'

**Impaciente com a mal vontade do colega, ele desabafa com ruralistas e ameaça deixar o governo**

**B**RASÍLIA — Uma "epifania" do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, em um encontro com empresários do setor rural, na quarta-feira, abriu uma nova crise entre ministros do governo Lula. Irritado com o boicote que ele está sofrendo por parte de seu colega do Planejamento, Guido Mantega, Rodrigues pediu a paciência e participação de ruralistas e parlamentares do Nordeste e, segundo várias testemunhas, chamou Mantega de "vagabundo" e mostrou-se disposto a abandonar o cargo. "Eu mandei o vagabundo do Mantega à PQP", desabafou Rodrigues, acrescentando: "Manda cota com esse governo se quiser".

Tirado desse desabafado, divulgados por dois colaboradores do jornal O Globo — Merval Pereira e Jorge Moreno — foram confirmados por vários dos presentes no encontro. Assim que encerraram as epifanias, membros do governo Lula fugiram para a Silva, onde eles, no ministério Luís Goulart, da Comunicação do Governo, e Márcio Thomaz Bastos, da Justiça — empecilhados em um acalorado processo — foram para a Silva, onde deverá conversar com Rodrigues amanhã na terça-feira, para tentar fazer um ponto, e a reunião discutirá uma im-



Roberto Rodrigues (ao lado) que está segundo fontes do Planalto querendo voltar a paralisar o governo e a "patinha" de um ministro



### A NOTA DE RODRIGUES

Esta é a íntegra da nota divulgada ontem à tarde pelo ministro Roberto Rodrigues: "Quero, por meio desta notificação, esclarecer e contrapor a tese de muitos jornalistas envolvendo o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que foram publicadas hoje pelo jornal O Globo. Em nenhum momento pretendi ofender o ministro Guido Mantega. É verdade que ele me desabafou na última quarta-feira a um grupo de parlamentares da bancada do Nordeste que foram trazer demandas de interesse do setor sucroalcooleiro. Não é verdade, no entanto, que tenha preferido palavras de baixo calão ao me referir ao ministro do Planejamento. O conteúdo de minhas declarações, que foram repassadas à imprensa, deve ser entendido como reflexo de minha extrema preocupação, submetida com a busca de uma imediata solução negociada junto ao Ministério do Planejamento para a greve dos fazendeiros da Agricultura. O legítimo movimento dos fazendeiros cria sérias dificuldades para as exportações de produtos agrícolas e pecuários. Finalmente, a pressão se encaminha agora para fechar o acordo amanhã na sexta-feira a greve foi suspensa por 10 dias, a fim de que se encontrem uma solução definitiva para

ter o programa de exportação voltado para o agronegócio. Ao receber pedidos de indenização para o setor de algodão e açúcar, no encontro da quarta-feira, Rodrigues incluiu na situação de "patinha" de sua pasta a distribuição de

suas cotas. No ano passado, o governo cortou R\$ 65 milhões dessa área. Muitas delegacias do ministério foram até o telebate lançado por falta de pagamento das cotas. Fugiu das notícias — A Associação

de produtores de açúcar, "uma questão, o Ministério do Planejamento criaria mais, poderia ter resolvido o problema há 90 dias", disse o deputado Nelson Marquetti (PTB-SP). Ele não citava o movimento de quarta-feira. O deputado José Thomaz Bastos (PTL-AL) também se encolheu, diante de lá entrevistado com o que ocorreu. No dia se-

di (PMDB-RS), que no quarta-feira pressionou o ministro da Agricultura. "Vou dar-lhe um abraço porque minha solidariedade contra os ataques que vêm sofrendo do principal governador do Planalto (Roberto Rodrigues), disse Pereira. Rodrigues tem dito que o salário de Rodrigues é pago pela multinacional Monsanto. Men-

**Minha cota com esse governo se**

*“Eu não vou polemizar. Polêmica não leva nada além da própria polêmica. Gasta muita energia e traz pouca luz”*, explicaria em referência a outro episódio, já no cargo de presidente do BNDES, conforme a *Folha de São Paulo* 4 de dezembro de 2004, p. B-6.

O primeiro mal-estar público entre o ministro e um colega de governo aconteceu em agosto de 2003, depois que ele anunciou que o governo iria reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, como parte de um pacote de medidas emergenciais para estimular o crescimento da economia e evitar demissões. A informação publicada com destaque na imprensa foi desmentida publicamente menos de 24 horas depois pelo ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan. *“Não existe decisão do governo sobre o encaminhamento de medidas emergenciais. Precisamos definir ainda um conjunto de ações para reativação da economia”*, disse Furlan, segundo a reportagem **“Furlan discorda de Mantega”**, publicada no *Jornal do Brasil* de 2 de agosto de 2003.

O texto informa ainda que o ministro disse que a redução do IPI não esvaziaria os pátios das montadoras e que tal decisão já havia sido tomada sem sucesso em anos anteriores. *“Se o governo abrir mão do IPI vai resolver o problema? Provavelmente não”*, afirmou Furlan. Mas a medida acabou sendo adotada e o episódio entre os dois não teve maiores desdobramentos na mídia.

Destaque maior foi dado a um ataque feito ao ministro do Planejamento pelo colega da pasta da Agricultura, Roberto Rodrigues, que chamou Guido Mantega de nada menos do que ‘vagabundo’. De acordo com as matérias publicadas nos principais jornais do país, Rodrigues teve uma explosão ao ouvir queixas de empresários e ameaçou a face do colega do Planejamento diante de 30 parlamentares da bancada do Nordeste. **“Rodrigues chama Mantega de vagabundo”**, diz a matéria da página A-8 da *Folha de São Paulo* de 21 de março de 2004. O estopim do fogo amigo foi Rodrigues não ter conseguido falar com Mantega para tentar negociar uma solução para a greve dos fiscais sanitários. *“Mande o vagabundo do Guido Mantega para PQP. Minha cota com esse governo se esgotou”*, é a fala do ministro, publicada pelo *Estado de São Paulo* de 21 de março de 2004, página A-4, reproduzindo relato de quem assistiu ao ataque. A mesma fala de Rodrigues foi publicada também pela *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*.

Estampado nas manchetes o grave ato de ameaça à face de Mantega, Rodrigues tenta voltar atrás, usa estratégias de reparação para amenizar a ameaça. No mesmo dia em que o fato foi publicado, ele divulgou nota para negar que tenha dito tais palavras – bom lembrar que nesse caso não foi uma entrevista direta, logo não havia uma fita gravada – e justificar sua atitude reivindicando a face de pessoa extremamente preocupada com a greve dos fiscais. Diz o texto da nota do ministro:

*“Em nenhum momento pretendi ofender o ministro Guido Mantega. É verdade que fiz um desabafo na última quarta-feira a alguns parlamentares da Bancada do Nordeste que foram discutir questões de interesse do setor sucro-alcooleiro. Não é verdade que eu tenha proferido palavras de baixo calão ao me referir ao ministro do Planejamento. O conteúdo das minhas declarações, que foram repassadas à imprensa, deve ser entendido como reflexo da minha extrema preocupação, sobretudo com a busca de uma imediata solução negociada junto ao Planejamento para a greve dos fiscais”.*

Dado o grau de risco do ato que praticou, o ministro foi mais fundo na estratégia de reparos e quase pede desculpas: *“Lamento que o episódio tenha sido usado para criar problemas políticos ao governo do presidente Lula, de quem sempre recebi inúmeras provas de apoio e reconhecimento pelo meu trabalho”*, mostra o JB de 21 de março de 2004.

A ação reparadora de Rodrigues mistura diferentes estratégias: ele nega a responsabilidade pela ação danosa, diz que não proferiu tal fala e ao mesmo tempo mostra preocupação com o outro, num reenquadramento do ato de ameaça para uma atitude que também reivindica face. Logo em seguida, aparece o lamento que faz parte da estratégia de arrependimento, uma forma de reparo. Mas ele vai se arrepender do que, se disse que não praticou a ameaça? Não terminou aí. Dois dias depois ao participar de um seminário em São Paulo, o ministro da Agricultura usou a polidez positiva para tentar salvar a face de Mantega, como mostra reportagem ***“Aplaudido, Rodrigues chama Mantega de companheiro”***, da *Folha de São Paulo* de 23 de março de 2004, página A8. Disse ele:

*“Recentemente viajei acompanhado do extraordinário ministro Furlan e do grande companheiro ministro Mantega, para convencer investidores e mostrar todos os números que mostrei aqui e os convidei a investir no país”.*

Depois de um ataque que resvalou para o pessoal, ele fez um reparo também pessoal, remetendo à amizade, à questão da equipe e até exagerando nos adjetivos, nos elogios. Para Furlan um elogio técnico, “extraordinário ministro”, mas para Mantega, o emocional, o “grande companheiro”. Antes, nesse mesmo evento, Rodrigues ainda usou outra estratégia reparadora ao tentar justificar sua atitude e despersonalizar o problema de que reclamara, tirando a responsabilidade das pessoas, sobretudo da pessoa do ministro do Planejamento, para colocar num ente meio abstrato, seguindo a linha, não é culpa de ninguém, é da máquina administrativa. Disse Rodrigues: *“A burocracia é uma praga que a gente tem que combater todos os dias”* e seguiu afirmando que o presidente Lula cobra prazos para que as decisões sejam tomadas. *“Porém a máquina não entende muito essa linguagem do presidente”*, afirmou.

Dois dias depois o ministro da Agricultura teve uma reunião com o presidente Lula para explicar o ataque a Mantega, aparar as arestas e acertar sua permanência no cargo, posto que as reportagens e os parlamentares diziam que ele mesmo ameaçara deixar o governo por não agüentar mais a lentidão. Em entrevista depois do encontro, Rodrigues disse: “jamais falei em demissão”, e afirmou entender a posição de Mantega “*porque todo mundo pede*”. Relatou que o encontro com o presidente tinha sido tranqüilo e que já tinha conversado com Mantega pelo telefone. “*Mantega é tranqüilo*”, afirmou conforme a reportagem “**Rodrigues agora entende a posição de Mantega**”, publicada na página A5 do *Estado de São Paulo* de 26 de março de 2004.

E assim, o episódio se encerrou sem que Guido Mantega, que sofreu um dos mais diretos e intensos atos de ameaça à face do governo, dissesse uma só palavra. “*Mantega, recusou-se a falar do incidente*”, informou o *Estadão*. Fiel a seu estilo “tranqüilo” optou não fazer o ato de revide, deixando ainda mais sem razão seu ofensor. O contra-ataque a Rodrigues coube ao presidente Lula e ao então secretário de Comunicação, Luiz Gushiken, que determinou que nenhum outro ministro ou parlamentar da base saísse em defesa de um ou de outro para evitar mais bate-boca em público.

Durante todo o tempo em que permaneceu à frente do Ministério do Planejamento, de janeiro de 2003 a 23 de novembro de 2004, Mantega foi um ferrenho defensor da equipe econômica, da qual fazia parte, inclusive das medidas mais duras como o corte nos gastos do governo, o superávit primário<sup>1</sup> considerado elevado e as decisões do Banco Central de manter as taxas de juros em patamares muito altos. Embora tenha sido grande crítico do mesmo comportamento do BC no governo anterior, Mantega manteve o tom cauteloso e defendeu a idéia de que o Banco Central não reduzia os juros porque precisava debelar a inflação, fazendo coro à tese da herança maldita deixada por Fernando Henrique. Afirmava que uma queda na taxa era questão de tempo.

Foram poucas as vezes em que Mantega, ministro do Planejamento, se deixou seduzir pelo fogo amigo. Uma delas ocorreu em abril de 2003, quando o ministro traiu seu estilo e desqualificou um trabalho coordenado pelo economista Marcos Lisboa, à época, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. “*Andaram apresentando aí uma agenda fajuta que foi denominada Agenda Perdi-*

---

<sup>1</sup> Sobre superávit primário ver nota na página 10

da. Na verdade, é a agenda da discussão do desenvolvimento e do planejamento”, disse o ministro segundo a reportagem “**Mantega diz ser ‘fajuto’ documento de secretário**”, da página A-5 da *Folha de São Paulo* de 25 de abril de 2003.

A agenda perdida foi um documento elaborado por um grupo de 17 economistas de diferentes tendências, sobre a coordenação de Marcos Lisboa e José Alexandre Scheinkman, propondo uma reorganização do Estado e da economia brasileira, uma espécie de programa de governo. Oferecida aos presidentiáveis, foi recusada por todos e, por isso, passou a ser chamada de Agenda Perdida. Mas, muitas de suas idéias foram assumidas pelo ministro da Fazenda Antonio Palocci, que deu a Marcos Lisboa uma das principais cadeiras da Fazenda. Três dias antes, Lisboa também havia sofrido um ataque público, disparado pela economista Maria da Conceição Tavares, um dos ícones da História do PT. Ela chamou o secretário de “débil mental” por ter defendido a focalização dos programas sociais, ou seja, a tese de que como os recursos do governo são escassos, só devem ser dirigidos à camada realmente mais pobre da população.

Outro episódio ocorreu logo depois de Mantega ter sido escolhido para presidir o BNDES, quando afirmou que se reportaria ao presidente Lula, conforme mostra o trecho que se segue, reproduzido da reportagem “**Mantega adota estilo conciliador**” do *Jornal de Brasil* de 19 de novembro de 2004, página A-18.

*“O ministro se esquivou de falar sobre os motivos que levaram à saída de Lessa. Também ficou calado sobre a polêmica envolvendo o BNDES e o Banco Central. Escorregou contudo na hora de explicar como será a relação do BNDES com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Apesar de, em tese, seu superior hierárquico ser o ministro Luiz Fernando Furlan, Mantega disse que se reportará diretamente ao Palácio do Planalto, ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e à Câmara de Política Econômica, evocando declarações semelhantes de Lessa.”*

*- Essa discussão (da hierarquia) é semântica – cortou quando perguntando sobre o poder de comando de Furlan.*

Dias depois o ministro voltou a sinalizar que pretendia se manter independente de Furlan, enfatizando que o presidente Lula havia mandado apenas que se trabalhasse em equipe: “*Subordinação é fazer um trabalho conjunto com o Ministério do Desenvolvimento*”, afirmou na página B-6 da *Folha de São Paulo* de 23 de novembro de 2004. Mas poucos dias depois, na hora de montar a diretoria do BNDES, Mantega fez questão de dar voz a Furlan na escolha dos nomes: “*Eu ouvi várias opiniões e finalmente levei em consideração o presidente da República. O ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, também opinou. Acho que conseguimos*

*formar um time de primeiríssima linha*”, afirmou Mantega na página B6 da *Folha de São Paulo* de 4 de dezembro de 2004.

Também com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, estopim da demissão de seu antecessor Carlos Lessa, Mantega mostrou sintonia. Pouco mais de um mês depois de Mantega assumir o BNDES, Meirelles veio ao Rio, especialmente para participar de um seminário promovido pelo banco. Os dois aproveitaram o evento público para trocar elogios e mostrar que a fase de atrito entre os dois bancos ficara no passado. Foi um show de polidez positiva. *“O presidente Mantega é o homem certo, no lugar certo, na hora certa”*, afirmou Meirelles. Recebeu como resposta ser chamado de amigo pelo presidente do BNDES:

*“Queria explicitar minha satisfação de estar aqui no BNDES. Fomos colegas de CMN (Conselho Monetário Nacional). Tivemos uma relação extremamente produtiva, de cooperação e amizade”*, afirmou Mantega, segundo reportagem do *Estado de São Paulo* de 30 de dezembro de 2004.

Mas com a mudança do Ministério do Planejamento, pasta que faz parte do coração da equipe econômica, para a presidência do BNDES, banco que tem a função de puxar o desenvolvimento, Mantega parece ter se permitido assumir nova face, mais sintonizada com os anseios do setor produtivo e crítica em relação à equipe econômica, sobretudo aos juros. Menos de duas semanas depois de assumir novo cargo, ele não escondeu sua insatisfação com declarações feitas pelo secretário do Tesouro, Joaquim Levy contra o fato de a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP, usada nos empréstimos concedidos ao BNDES) não ter sofrido os mesmos aumentos da taxa básica de juros do país, a Selic.

*“Essa é uma opinião pessoal dele. Não é uma opinião do governo. Em segundo lugar ele não tem participação na definição da TJLP, felizmente. Então a opinião dele, nesse caso, não tem peso nenhum. Em terceiro lugar não precisa ter uma simetria entre a TJLP e Selic, tanto que não houve. A Selic subiu nos últimos três Copons, e a TJLP ficou parada. Em quarto lugar, a TJLP tem um critério próprio para se mover: a inflação de médio prazo juntamente com o risco-país. É uma combinação desses fatores”* (*Folha de São Paulo*, 13 de janeiro de 2005, p.B4).

O mesmo Mantega que, ministro, escolheu o silêncio de não realizar o ato de ameaça quando o colega do Planejamento o chamou de vagabundo pelas manchetes dos jornais, não hesitou em atacar a face do secretário do Tesouro, um dos principais nomes do Ministério da Fazenda. E não só enumerou os motivos técnicos para desqualificar a competência do outro, como usou o ataque à face mais pessoal, ao *status* de Levy, quando afirmou que a *“a opinião dele não tem peso nenhum”*.



Mantega também não se furtou a responder quando vazou para a imprensa um relatório em que o Banco Central, após analisar dados do BNDES, considerava “frágeis” as concessões de crédito realizadas pelo banco, apesar de a análise se referir à gestão do seu antecessor, Carlos Lessa. Em resposta, Mantega classificou o trabalho BC de “*relatório burocrático e pouco importante*”. Ao mesmo tempo em que atacou os autores do relatório, desqualificando sua importância, Mantega também usou a estratégia de negar o ataque sofrido pela instituição que presidia. “*Não me parece que o Banco Central teve a intenção de dizer que o BNDES tem problemas para avaliar empréstimos*”, afirmou, na matéria “**Mantega vê ação para desgastar BNDES**”, da página B5 da *Folha de São Paulo* de 8 de novembro de 2005.

Menos de um mês depois, o presidente do BNDES fez um ataque à equipe econômica, sobretudo ao Banco Central, por causa da questão dos juros. Ele que foi um duro crítico da atuação do BC no governo anterior, a quem acusava de ter perdido a oportunidade de reduzir juros quando houve oportunidade, agora faz críticas semelhantes ao BC do governo a que pertence. “**Fogo Amigo – Política de juro alto trava BNDES, diz Mantega**”, é a reportagem de capa do Caderno Dinheiro (página B-1) da *Folha de São Paulo* de 26 de novembro de 2005. A reportagem mostrava que a concessão de novos empréstimos pelo BNDES, prevista para atingir R\$ 60,8 bilhões, iria acabar fechando o ano em próximo dos R\$ 40 bilhões, num sinal claro de desaquecimento da economia e Mantega não se omitiu de culpar os juros altos. “*A política monetária e cambial são restritivas e a TJLP não estimula o investimento*”, disse ele, numa fala que mesmo sem citar nomes, faz claras críticas ao trabalho da equipe econômica. Sobre a desaceleração da economia ele afirmou: “*O Banco Central poderia estar reduzindo os juros mais rapidamente... O que está se colhendo é o que plantou*”. Agora para defender sua face e justificar o mau resultado do BNDES, Mantega ataca.

Uma semana depois, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que a economia brasileira encolheu no terceiro trimestre de 2005 em relação ao trimestre anterior. O Produto Interno Bruto (soma de todas as riquezas produzidas no país) teve queda de 1,2% e o presidente do BNDES aproveitou para disparar um novo ataque contra o BC e a equipe econômica, como mostra a reportagem “**Mantega responsabiliza BC por PIB ruim**”, da *Folha de São Paulo* de 4 de dezembro de 2005.

A grande novidade é que além da crítica genérica à equipe econômica, Mantega pessoaliza, faz um ato de ameaça à face de um diretor do Banco Central, a quem

cita nominalmente, abrindo uma exceção à regra de não nomeação poucas vezes quebrada no fogo amigo político. Perguntado sobre o que ocorrera para a economia ter um desempenho tão ruim, respondeu:

*“O Banco Central errou na mão. E não venha me dizer que eu não quero a inflação sob controle. Essa conquista tem que ser mantida, tanto quanto o equilíbrio fiscal... O que houve mesmo foi um excesso de zelo do Banco Central, principalmente de alguns diretores, particularmente o Afonso Bevilaqua. E não foi por falta de aviso de algumas autoridades no campo monetário, como Affonso Celso Pastore, que não é nenhum radical do PT, e de Sérgio Werlang, que foi o autor do 'modelinho' que o Banco Central usa até hoje para fixar os juros. Em vários artigos Werlang já vinha alertando que o BC tinha errado na dose”.*

E num outro trecho da entrevista ele reforça as críticas feitas: *“Eu volto a dizer: a responsabilidade foi do Copom, que fixou taxas de juros mais elevadas do que o necessário”.*

No começo de 2006, o presidente do BNDES volta a atacar o secretário do Tesouro, como mostra a reportagem **“Mantega: Levy não tem sintonia com a política social de Lula”**, da Folha de São Paulo de 19 de março de 2006. O estopim das críticas foi um estudo de Levy, divulgado no site do Ministério da Fazenda, que responsabilizava o reajuste do salário mínimo pelo aumento dos gastos públicos em 2005.

*“Contesto os dados do estudo. Estão equivocados. Este governo tem por objetivo elevar o valor do salário mínimo e executar os programas sociais. Isso é o que é diferente neste governo. Nenhum burocrata pode impedir que o presidente o faça. Quem for contra está em outro governo. Ele apresentou uma visão conservadora que está em desacordo com a filosofia do governo”, afirmou o ministro num ataque à face do companheiro de equipe com adjetivação clara “burocrata”.*

É uma fala cheia de referências indiretas ao fato de Joaquim Levy ter pertencido ao governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso. Na mesma reportagem, Mantega critica os cálculos sobre Previdência feitos pelo sub de Palocci na Fazenda e remete à herança do governo Fernando Henrique, do qual Levy era oriundo.

*“Havia um esqueleto na época do governo Fernando Henrique Cardoso que este governo foi obrigado a pagar. Foram milhares de ações movidas por aposentados nos tribunais... Se o custo disso for descontado das despesas da Previdência Social em 2005, verifica-se que a elevação dos gastos provocada unicamente pelo aumento do salário mínimo foi bem menor.”*

Pouco mais de uma semana depois, Mantega era escolhido para assumir o Ministério da Fazenda. Foi substituir Palocci, derrubado em meio ao episódio de quebra do sigilo bancário do caseiro que afirmou que ele mentira em depoimento à CPI. Iria ser o chefe de Levy, que pediu demissão logo em seguida, e ser o novo responsável pela política econômica que, da cadeira do BNDES, ele tanto atacara. Da mesma forma que alterou sua postura quando passou de ministro a presidente

BNDES, Mantega fez nova mudança na direção contrária. “*A política econômica não mudará. A política econômica é a política econômica do presidente Lula. Além disso, a política econômica não deve mudar porque é a política econômica mais bem sucedida do país dos últimos 15 ou 20 anos*”, afirmou repetidas vezes, nos primeiros discursos após ser anunciado no novo cargo, como mostra reportagem “**Política econômica não mudará, diz Mantega**” (*Folha de São Paulo*, 28 de março de 2006, p. A-7).

Mantega fez questão de afirmar que “*o superávit primário é sagrado*” e sinalizar que a autonomia do Banco Central estava assegurada. Quando questionado sobre a possibilidade de queda de juros, respondeu que a pergunta deveria ser dirigida ao Banco Central. Esse movimento de mudança de cara ou de face de Guido Mantega foi sintetizado por ele mesmo, numa frase reproduzida na página B-4 do *Estado de São Paulo* de 2 de abril de 2006: “*Agora tenho que vestir novo figurino*”.

O ministro também tentou reparar as críticas feitas menos de três meses antes: “*Não sou crítico da política econômica. Sou favorável ao regime de metas. Me manifestei sobre o zelo excessivo da equipe do Copom*”, disse à *Folha* de 29 de março de 2006. A mesma reportagem mostra que além da defesa da política econômica, Mantega também assumiu uma postura de pseudo-sintonia com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, àquela altura reconhecido publicamente como seu desafeto. A permanência do presidente do BC no cargo foi decidida diretamente pelo presidente Lula, como Meirelles fez questão de ressaltar, após a nomeação de Mantega: “*Estive com o presidente Lula. Ele reafirmou mais uma vez a autonomia do BC.*”

A frágil harmonia como Banco Central acabou por deixar o ministro Guido Mantega na mira da imprensa, ansiosa por qualquer deslize que colocasse em xeque a nova face de defensor da política econômica. O primeiro teste aconteceu quatro dias depois da nomeação para o cargo, quando ele participaria com Meirelles da definição da TJLP. Uma semana antes, ainda no BNDES, Mantega tinha defendido a redução da taxa, então em 9% ao ano, para 7%, valor considerado baixo demais pelo BC. Na reunião, decidiram juntos, por unanimidade, baixar a taxa para 8,15% ao ano.

A mesma vigilância justifica o que poderia ser considerado um certo exagero da imprensa ao analisar uma divergência entre o novo ministro e o Banco Central, no fim de abril. A ata do Copom – relatório divulgado duas semanas depois para reunião que decide sobre a taxa básica de juros, explica a decisão anterior e sinaliza a tendência do próximos meses – indicou que a cautela seria mantida. Segundo a ata, “*... as incertezas que cercam os mecanismos de transmissão da política monetária... pode-*

*rão demandar que a flexibilização adicional da política monetária seja conduzida com maior parcimônia..”*. Em discurso no mesmo dia, Mantega disse que a ata poderia ser interpretada de várias maneiras e que nada indicava que os juros não poderiam continuar caindo, como mostra a reportagem **“Taxa do Copom gera atrito entre Fazenda e BC”** da *Folha de São Paulo* de 28 de abril de 2006. *“A redução do ritmo de queda dos juros é apenas uma das interpretações possíveis. É claro que há uma posição de cautela, mas como as metas estão sendo alcançadas, vai haver uma redução da taxa de juros e aumento do crédito”*, afirmou.

Por mais fogo amigo que o governo já tivesse enfrentado até essa altura, último ano do governo, a divergência entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central, instituições tão próximas e interdependentes ainda era fato inédito e surpreendente. Somado ao poder de Mantega em seu novo cargo, o descompasso gerou tanta repercussão que exigiu uma interferência do presidente Lula, que dessa vez foi mais incisivo. Em discurso no dia na publicação das matérias acerca do novo desencontro do governo, ele afirmou:

*“Primeiro não tem disputa entre o Guido Mantega e o Banco Central. Não tem disputa. Se alguém tem divergência com alguém, essa divergência será dirimida pelo Presidente da República, ou seja, nem o Banco Central está lá para divergir do Guido nem o Guido está lá para divergir do Banco Central. Eles estão para trabalhar e dar resultados positivos à sociedade brasileira .*

*Veja, às vezes uma divergência política aparece na imprensa como se fosse uma guerra e é uma simples divergência política. Graças a Deus, nós somos um país em que podemos ter pontos de vista diferentes sobre várias coisas... Veja, primeiro eu não conheço as posições e não tem que ter duas posições, tem que ter uma posição. Qual é a posição? É a do governo. E o Banco Central se enquadra, o Ministério da Fazenda se enquadra, eu me enquadrado e todo mundo trabalha tranquilo e vive tranquilo. Veja, não se trata de posição do governo, trata-se de uma posição da sociedade brasileira”*

Nesse episódio, Lula assume o papel de autoridade que cobra a unidade da equipe e também usa estratégias. Primeiro a nega as divergências, depois desautoriza Mantega e o BC de terem opiniões contraditórias e responsabiliza a imprensa por dar um caráter de guerra àquilo que seria apenas discordâncias próprias de democracia. E por último, ele reafirma que o que vale é apenas uma opinião, a opinião do governo. Da mesma forma que Goffman defendia a necessidade de unidade de equipe para uma única definição de situação, ele também afirma que “não tem que ter duas posições, tem que ter uma posição”.

O recado foi bem dado e Guido Mantega fez o dever de casa passado pelo chefe, como mostra a reportagem: **“Mantega: Só dou declarações elogiosas ao Banco Central”** publicada no *Globo Online* de 10 de maio de 2006. Questionado so-

bre um mal-estar com o Banco Central, Mantega respondeu: “*Que mal-estar? Eu só dou declarações elogiosas ao Banco Central e digo que eles têm sensibilidade para analisar a questão da inflação. É a partir dessa sensibilidade que você vai ter as reduções da taxa (de juros)*”.

### 6.3 – O primeiro ministro

*“Isso é uma disputa política. Não falar isso é faltar com a verdade para a sociedade”.*

#### **José Dirceu**

O deputado José Dirceu de Oliveira e Silva nasceu em Passa Quatro, interior de Minas Gerais, e chegou ao Palácio do Planalto, quase 60 anos depois como o mais poderoso ministro do governo Lula. Na bagagem uma história pessoal digna de personagens de romance. Entrou para o movimento estudantil em 1965, quando cursava Direito na PUC-SP e, em 1967, foi eleito para direção da União Nacional dos Estudantes. Preso pela ditadura militar em 1968, foi solto no ano seguinte, porque seu nome estava na lista de presos políticos para quem os seqüestradores do embaixador americano Charles Elbrick negociaram a libertação.

Exilado, viveu na França e depois em Cuba. Em 1975, submeteu-se a uma cirurgia plástica para mudar de fisionomia, voltou ao Brasil e se transformou em Carlos Henrique Gouveia de Mello. Com essa identidade falsa passou a viver como comerciante, em Cruzeiro do Oeste, município do interior do Paraná. Conheceu uma moça da cidade, se casou e teve um filho com ela, sem revelar sua verdadeira identidade. Em dezembro de 1979, quando saiu a Lei da Anistia para presos políticos, largou a mulher e o filho, retornou a São Paulo e voltou a ser José Dirceu.

O choque de idéias entre os ministros da Casa Civil, José Dirceu, e da Fazenda, Antonio Palocci, era percebido desde antes da posse. Mas foi sobre esses dois homens, com suas idéias divergentes, que o governo Lula se montou. Dono de larga experiência política, Dirceu evitou o quanto pôde fazer críticas públicas à equipe econômica. Algumas vezes não pôde, seja pelas circunstâncias, seja pela incapacidade de conter o próprio gênio. Uma dessas notórias vezes aconteceu antes de o governo Lula completar cinco meses de vida. Pensando estar num encontro fechado com membros do partido, o ministro soltou o verbo contra a política econômica, sem saber que suas palavras estavam sendo transmitidas por telão para a imprensa e pela internet para o resto do mundo. Ao ser avisado por bilhete, tentou amenizar as críticas, conforme mostra reportagem **“Dirceu é flagrado criticando a política econômica”**, publicada na página A-4 do *Estado de São Paulo* de 24 de maio de 2003. *“Analisando a situação do país, o ministro disse que o governo “não está realizando neste momento seus objetivos, porque o superávit primário de 4,25% ao ano e os juros de 26,5% estão desestimulando e segurando a atividade econômica”.*



O ministro também afirmou que não iria “dourar a pílula” e acrescentou:

*“A queda na atividade econômica do país é visível, seria ridículo se eu dissesse o contrário. Se nós não dermos um cavalo-de-pau na economia, porque com os juros, o superávit e contingenciamento de R\$ 14 bilhões, é evidente que as conseqüências aparecem imediatamente.”*

Enquanto falava, José Dirceu foi avisado de que o discurso estava sendo transmitido ao vivo para a imprensa, do lado de fora do encontro. “Está ao vivo para onde?” perguntou. Ao saber que era para imprensa, comentou: *“Ainda bem que já vivi situações mais adversas do que essa”*. Apanhado fora de face, o ministro levou alguns minutos para se recuperar da notícia inesperada, mas depois disse que não ia mudar o discurso. Mas mudou: usou estratégia de proteção da face da equipe econômica, amenizou as críticas com justificativas para as medidas adotadas pela equipe econômica, que ele criticara minutos antes: *“Tínhamos de impedir que o processo inflacionário ganhasse autonomia, impedir que o risco Brasil subisse e a confiança no país se perdesse definitivamente”*.

Houve outros episódios em que as críticas partiram da inabilidade de Dirceu para conter o próprio ímpeto, ainda que não fosse sua intenção atacar publicamente os colegas de governo, como na reportagem **“Dirceu não vê razão para juro alto”**, publicada no *Estado de São Paulo* de 22 de janeiro de 2004. Nesse episódio, dois dias depois de o Banco Central decidir elevar a taxa básica de juros do país, o ministro disse que “não existe uma razão estrutural para a permanente alta das taxas de juros”. Ao ser questionado sobre a razão dos juros não caírem respondeu: *“Porque o BC, como se pode ler nas atas do Copom, entendeu que era necessário esse aumento para deter os riscos de aumento da inflação”*. E já tentando evitar que suas palavras ganhassem um tom de crítica, amenizou: *“Sou um ministro de Lula, apóio as decisões tomadas”*. Dirceu usa estratégia de mitigação, reduz o peso de sua opinião e coloca em primeiro plano sua face de membro da equipe de Lula. Reafirma sua fidelidade ao partido, o compromisso de aceitar a decisão mesmo que discorde dela. A atitude de José Dirceu de reivindicar sua condição de membro da equipe para amenizar o peso de sua crítica remete à idéia de que *“a lealdade e a disciplina, no sentido dramático destes termos, são atributos exigidos dos membros da equipe, se o espetáculo que encenam tiver que ser mantido”* (Goffman, 1985, p. 200).

Dirceu não era chegado a ataques diretos e foi dos ministros que menos utilizou a imprensa para fazer suas críticas ao governo, ou mais precisamente à política econômica do colega Antonio Palocci. Nem por isso foi menos crítico ou seu ataque deixou de ter peso, ganhar a mídia e principalmente incomodar o alvo. Dirceu preferia lançar sua artilharia nas reuniões internas do partido ou do próprio governo e,



mesmo assim, elas acabavam ganhando a imprensa. A diferença é que – salvo raras exceções como no episódio em que ele não sabia que sua fala estava sendo gravada – o ataque chegava via terceiros, com discurso indireto e sem assumir o risco de ter sido sua a iniciativa sua falar com a imprensa. O peso das críticas estava no fato de quem falava era José Dirceu, o todo-poderoso ministro- chefe da Casa Civil, o homem forte do governo Lula, ou seja, era intensificado pela identidade do ministro. Esse ataque concentrado nos bastidores também não tornava menos conhecidas suas críticas a Palocci. Desde antes da posse até depois de sair do governo arrastado pela enxurrada de denúncias de corrupção, ele não escondeu suas divergências de Palocci. Apenas evitava expô-las diretamente à imprensa, assumir o ônus de fazer o AAF e, quando fazia, ressaltava que sua opinião pessoal não seria considerada nem por ele próprio, uma vez que sendo membro da equipe de Lula, seguiria as orientações do governo.

Um dos momentos de explosão de Dirceu aconteceu em setembro de 2004, às vésperas de mais uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central para decidir sobre juros. A reuniões seriam realizadas na terça e quarta-feira e, na segunda anterior, um seminário na Fundação Getúlio Vargas, no Rio, virou palco para um choque de idéias entre Dirceu e Palocci, conforme a reportagem “**Os juros da discórdia**” (Jornal de Brasil , 14 de setembro de 2004, página A15). Em sua palestra, José Dirceu afirmou que não havia pressão sobre preços capaz de “colocar em risco o controle da inflação”, principal causa de alta dos juros e defendeu seu direito de discordar da equipe econômica. Disse ele:

*“Sai a ata do Copom e ninguém pode falar sobre isso. Estamos ou não numa democracia? Eu tenho que tomar cuidado porque sou ministro e sou bastante disciplinado. Mas também sou cidadão, sou parlamentar pelo meu estado e tenho responsabilidades no projeto que meu partido construiu em 23 anos. Não sou um robô que só obedece”.*

José Dirceu também criticou a falta de questionamentos ao trabalho da equipe econômica:

*“...falar sobre economia é um problema, mas não falar é algo inacreditável... Temos que tirar esse véu de proibição sobre o debate do endividamento interno sem preconceitos e sem nos opormos ao sistema bancário, que também é nacional...”*

Ele deixou claro sua discordância do Banco Central na questão do controle da inflação, mas também usou uma estratégia para amenizar: “*Mas essa não é a opinião de quem tem o poder de tomar a decisão legal*”, completou ele, tentando diminuir ou fazer crer que pretendia reduzir o peso de suas palavras.

José Dirceu ainda afirmou que o governo não interfere na decisão sobre juros e ironizou a discussão sobre um projeto de autonomia do Banco Central, que vinha dominando o cenário político e econômico da época, com o ministro Palocci defendendo a proposta. O modelo, adotado em vários países, deixa o Banco Central independente do governo que apenas determina e cobra as metas que o BC é obrigado a cumprir. Quando as metas não são cumpridas, a diretoria do BC cai.

*“Não vejo como o país ainda possa ter dúvidas sobre a autonomia do Banco Central. Ela já é real, ainda que não seja constitucional”*, afirmou Dirceu.

Horas depois, falando no mesmo seminário, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, respondeu ao colega de equipe: *“A autonomia do Banco Central é uma evolução institucional importante para o Brasil e deve ser consolidada no futuro próximo”*, afirmou Palocci, de acordo com a mesma reportagem do JB.

Uma nova onda de críticas mais intensas de José Dirceu à equipe econômica ocorreu no fim de 2004, quando o chefe da Casa Civil elevou o tom, sobretudo em conversas reservadas, cujo teor acabaram vazando para a imprensa. A irritação de Dirceu com Palocci, por causa do superávit primário (economia nos gastos do governo para pagar juros da dívida) elevado e dos juros que não caíam, fugiu ao controle. A gota d'água foi o que Dirceu considerou inabilidade da Fazenda para conduzir a Medida Provisória 232, que surgiu como uma medida popular para reduzir o Imposto de Renda dos assalariados e acabou rejeitada, porque também aumentava a tributação de empresas prestadoras de serviços. No dia 22 de novembro, Dirceu liderou um verdadeiro bombardeio dos ministros PT à equipe econômica, durante uma reunião com Lula na granja do Torto, da qual participaram 17 ministros e o então presidente do PT, José Genoíno. O encontro foi fechado. Chegaram à imprensa apenas as informações de que ocorrera um forte desentendimento entre os dois ministros e a reação de Palocci, que classificou o ataque de um verdadeiro *“motim”*, abafado por Lula que contra-atacou: *“Está dando certo, o caminho é esse”*.

*“Eu falei o que eu pensava. Mas isso não estremeceu minhas relações com Palocci. Aliás, essas opiniões, em geral, ele já sabia. A diferença é que eu falei na frente de outras pessoas”* explicou Dirceu depois, segundo relato da edição de *O Globo* de 19 de junho de 2005. A fala do ministro destaca um dos pontos essenciais do fogo amigo: criticar na frente dos outros. As opiniões divergentes Palocci já conhecia, a diferença, o que criou a celeuma foi expressá-la na frente dos outros.

Esse clima de guerra entre os dois no fim de 2004 exigiu a presença pacificadora do presidente, para tentar garantir um clima mais ameno em 2005, como mostra reportagem “Lula negocia paz entre Dirceu e Palocci”, publicada pela *Folha de São Paulo* em 22 de dezembro de 2004.

Abril de 2005 foi um mês de fumar cachimbo da paz e todos os jornais noticiaram o fechamento de um acordo entre os dois homens fortes do governo para evitar as críticas públicas, depois de uma nova onda de ataques de Dirceu à política econômica, de novo, durante conversas reservadas. Reservado também foi o encontro dos dois, um almoço realizado no dia 5 de abril que não pode ser presenciado nem mesmo pelos garçons que serviam aos ministros. Mas dias depois da conversa Dirceu afirmou:

*“O PT não só apóia como reivindica a política econômica. Significa estabilidade e combate à inflação. Dentro das possibilidades do país, permite investimentos em infraestrutura e no social. Temos de ter sabedoria para manter a unidade no governo. O partido precisa ter consciência dos problemas do país.”*

É certo que o apoio durou pouco. Numa palestra realizada em junho de 2005, no Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais de Lisboa, em Portugal, José Dirceu voltou a mirar Palocci: *“Se deixarem (os membros da equipe econômica) fazem o superávit primário de 7%, juros de 20%. Isso é uma disputa política. Não falar isso é faltar com a verdade para a sociedade”*.

Vale lembrar que superávit primário, fixado em 4,25% do Produto Interno Bruto (total de riquezas gerada no país durante um ano) em acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) gerou quase comoção no partido, sobretudo porque o percentual era alto demais, superior até mesmo ao adotado no governo Fernando Henrique Cardoso. E tinha como consequência direta o arrocho no orçamento dos ministérios, corte nos investimentos em infra-estrutura e nas verbas dos programas sociais. Acabou fechando 2005 acima da meta, em 4,84% do PIB. *“Vamos crescer a 4% ou a 5% neste ano. Corremos o risco de crescer um pouco menos porque a autoridade monetária, o Banco Central, é no Brasil muito autônomo. Quer alcançar uma meta de superávit de 5%”*, disse o ministro José Dirceu na palestra em Lisboa.

O ministro-chefe da Casa Civil deixou o governo no dia 16 de junho de 2005, apenas dois dias depois de ter sido ordenado a fazer isso, ao vivo, em cadeia nacional de TV, pelo deputado Roberto Jefferson, que o acusava de ser o responsável pelo compra de votos de deputados da base parlamentar, no chamado escândalo do

mensalão<sup>2</sup>. *“O governo do presidente Lula é minha paixão. E ao sair deixo aqui parte do meu coração, todos sabem. Mas não deixo minha alma. Ela vai comigo”*, afirmou Dirceu no discurso de despedida do cargo. No dia 30 de novembro de 2005, José Dirceu perdeu seu mandato de deputado. Foi cassado pelos colegas parlamentares por causa das acusações de envolvimento no escândalo do mensalão com 293 votos a favor e 192 contrários.

---

<sup>2</sup> A expressão mensalão passou a ser usada em 2005, quando o então deputado Roberto Jefferson (PPP-RJ) acusou o governo de pagar R\$ 30 mil por mês a um grupo de deputados para que votassem a favor de projetos do Executivo.

## 6.4 – O caixeiro viajante

*O governo é lento e sou inquieto*

**Luiz Fernando Furlan**

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan é um técnico. Oriundo da iniciativa privada, deixou o comando da Sadia para integrar o governo e nunca escondeu suas dificuldades para se adaptar ao ritmo vagaroso da administração pública. “*O governo é lento e sou inquieto*”, afirmou o ministro numa de suas entrevistas ao jornal *Estado de São Paulo*.

Apelidado de caixeiro-viajante pelo presidente Lula por seu trabalho – eficaz – de vender o país no exterior e ajudar a inflar as exportações, era chamado de “empresário” pelos outros ministros em tom irônico, como respostas às suas críticas ao governo. Mas se manteve como um dos colaboradores mais festejados do governo Lula e também um dos seus grandes críticos. Os resultados expressivos e inéditos das exportações – pasta sob sua responsabilidade – parecem ter dado ao ministro um certificado de competência e autoridade para reclamar da inoperância dos companheiros de equipe.

No dia 13 de janeiro de 2005, o ministro falou ao jornal *Estado de São Paulo*, em “**Furlan ataca câmbio e meta de inflação**” matéria de página inteira publicada na capa do caderno de Economia (página B1). Fez uma bateria de críticas ao governo a que pertence, mais especificamente à condução da economia: reclamou que o real valorizado estava prejudicando as exportações, falou da ineficácia do meio de controle à inflação, da condução do Mercosul e da política comercial do governo. Reclamou da queda da dólar e disse que era preciso reequilibrar o jogo. Ao ser perguntado se o BC deveria comprar mais dólares, esquivou-se: “*Não é minha área, não tenho informações sobre recursos disponíveis. O que há é que, mesmo com as compras, o desequilíbrio persiste, o que é ruim para as exportações*”.

Mantendo a face de técnico, Furlan limitou-se a dizer o que estava errado, não ensinou a fazer do jeito certo. Diante da ponderação do repórter, de que o ministro Palocci diz que não é o real que está se valorizando, mas o dólar que está perdendo valor globalmente, porque diante do euro o real está desvalorizado, Furlan respondeu: “*Vi esses gráficos, eles só vão até setembro e não contam o que aconteceu no último trimestre. No governo cada um apresenta seus argumentos e suas responsabilidades. Eu apresento o que me cabe.*”

A4 SENAI, SINDICATO, UNIAO DE EMPRESARIOS, UNIAO DE TRABALHADORES

# NACIONAL

**Luís deve apertar cinto**  
Chanceler diz que o Brasil não consegue acompanhar o ritmo de crescimento da China e da Índia

**Diretores da Visafem pedem voto para os Estados Unidos**  
277 diretores de empresas brasileiras pedem o voto dos brasileiros para apoiar os Estados Unidos

**GOVERNO**

## Furlan diz que governo não tem objetivos e País está desanimado

Em Hong Kong para reuniões da OMC, ministro mostra impaciência e se queixa de paralisia administrativa

**Luís Furlan**  
Chanceler

De volta ao Brasil, o ministro Luís Furlan, do Desenvolvimento Econômico e Indústria, afirmou que o governo não tem objetivos claros e que o País está desanimado. Furlan, que viajou para Hong Kong para reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), afirmou que o Brasil não consegue acompanhar o ritmo de crescimento da China e da Índia, e que o País está desanimado. Ele também se queixou da paralisia administrativa do governo.

Furlan afirmou que o governo não tem objetivos claros e que o País está desanimado. Ele também se queixou da paralisia administrativa do governo.

**Colémbus viajante não se intimida em censurar colegas**

Apesar de "colémbus viajante" pelo mundo, Luís Furlan não se intimida em censurar colegas. Ele afirmou que o Brasil não consegue acompanhar o ritmo de crescimento da China e da Índia, e que o País está desanimado. Ele também se queixou da paralisia administrativa do governo.

Furlan afirmou que o governo não tem objetivos claros e que o País está desanimado. Ele também se queixou da paralisia administrativa do governo.



**Críticas também para taxas de juro e câmbio**

Ministro prevê que os US\$ 120 bi de exportações serão

Luís Furlan diz que o governo não tem objetivos claros e que o País está desanimado. Ele também se queixou da paralisia administrativa do governo.

O ministro não chega a afirmar categoricamente que os números apresentados por Palocci são ruins ou inadequados para refletir a realidade, mas o faz de forma indireta, observa que vão só até setembro. A entrevista foi feita em janeiro, o que no mínimo, indica que os números de Palocci estão desatualizados. Mas quebrando as máximas de Grice (1975), e seguindo uma das estratégias apontadas por Brown e Levinson (1987), Furlan é dúbio, ambíguo. E ainda passa uma imagem de governo partido, individualizado. No lugar do que deveria ser uma equipe (pelo menos em representação) ele deixa transparecer uma postura de cada um por si.

Ao comentar os juros altos e seu efeito de atrair dólares para o país – e com isso ajudar a baixar a cotação da moeda americana – Furlan aponta a ineficácia desses juros no controle da inflação: “ *O problema é que a maior parte da inflação brasileira é causada pelas tarifas públicas e pelos preços reajustados por contratos. Contra esse segmento de preços administrados não adiantam juros altos*”.

O jornalista tenta ir além: “O senhor está dizendo que a política de meta de inflação<sup>3</sup> não funciona. O que tem que ser colocado no lugar dela”? O ministro tenta se manter na mesma posição cautelosa e repetir a mesma resposta. Mais uma vez, evita avançar, atingir a face positiva de Palocci, e não diz o que deve ser feito. Mas o jornalista consegue um avanço: Furlan afirma com todas as letras que o sistema de metas de inflação é ineficiente. “*Reafirmo que a maior parte da inflação é produzida pelas forças do mercado. Contra a inflação assim produzida, a política de metas não é eficiente*”.

A política de metas de inflação, adotada ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, foi mantida no governo Lula como mola mestra de toda a condução da economia. Furlan não cita as pessoas, mas diz que a principal medida adotada na área econômica é ineficiente.

O jornalista pergunta se com a saída do economista Carlos Lessa da presidência do BNDES, substituído por Guido Mantega, Furlan tinha conquistado o comando no banco, que não conseguira na gestão Lessa. O ministro volta a usar a indretividade e passa a bola, ou as conclusões, para o repórter e para o leitor. Diz de

---

<sup>3</sup> **Metas de inflação:** sistema adotado no país a partir de 1999, proposta pelo economista Sergio Werlang, então diretor do BC, que à época era presidido por Arminio Fraga. Implica a fixação de uma meta a ser atingida no ano pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE. Com base nessa meta e no comportamento da inflação a cada mês, o Banco Central mexe na taxa de juros, visando ajustar a inflação ao centro da meta. A lógica é que quanto mais os juros sobem, mais o consumo cai, reduzindo o espaço para alta dos preços.

forma indireta, evita se comprometer. “ *Sigo as orientações do presidente da República. Com o Mantega não tenho divergências. Tire você as conclusões* ”.

A entrevista segue para a questão de comércio exterior, tema diretamente ligado à pasta de Furlan. O ministro volta a criticar os colegas de ministério, mas não dá nomes:

*“Há setores do governo que ainda não entenderam que o grande mercado a abrir é o de países ricos. Os Estados Unidos importam US\$ 1, 3 trilhão por ano e nós só vendemos para eles US\$ 20 bilhões. Um acordo com a União Européia teria um enorme efeito de demonstração. Mas demos prioridade para fechar acordos limitados com o Grupo Andino e com mercados poucos expressivos. Neste ano, será negociada a rodada de Doha na OMC. Mas se tudo correr bem, os resultados demorarão dez anos. Não conseguimos avanços nem na Alca nem no acordo com a União Européia, onde os frutos seriam mais rápidos.”*

A política comercial do país, notadamente os acordos, são assunto do Ministério das Relações Exteriores, comandado pelo chanceler Celso Amorim e sua equipe. Mas Furlan não cita o chanceler, prefere “setores do governo”. O ministro também criticou a reação do governo ao que considerou transgressões da Argentina dentro do Mercosul:

*“As regras do Mercosul têm que ser revistas. Há oito anos não há avanços. Ao contrário, a cada dia aumentam as transgressões. Isso tem que ter limites. Não podemos continuar pagando a conta de grupos que dentro do Mercosul não se modernizam e bloqueiam tudo. O mercado brasileiro é muito mais importante para a Argentina do que o mercado da Argentina é para o Brasil”.*

A entrevista de Furlan provocou reação dentro do governo, sobretudo nos alvos de seu fogo amigo, e repercussão também nos outros veículos de comunicação. A edição de *O Globo* de 14 de janeiro de 2005, dia seguinte à publicação da entrevista de Furlan, traz na página 29, no caderno de Economia uma matéria em seis colunas: “**Crítica de Furlan à política cambial irrita Palocci** ”. A reportagem informa que as críticas do ministro deixaram irritados o ministro Palocci e o corpo diplomático do Itamaraty. A resposta ao ministro Furlan vem com um off, recurso comum no jornalismo e bem explicado por Brown e Levinson (1987 ) como estratégia de polidez negativa. Diz a matéria de *O Globo*:

*“Segundo fonte do Palácio do Planalto – onde Palocci passou boa parte do dia, reunido inclusive com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – ele teria demonstrado indignação com que considerou insinuação sobre falta de ação da equipe econômica para evitar uma valorização excessiva do real.*

*- Há uma discordância pontual (entre Palocci e Furlan) na questão do câmbio. Palocci afirmou que a política do governo é forte e é correta e disse que o Furlan não colocou bem a questão (na entrevista) – disse uma fonte que conversou ontem com o titular da Fazenda.”*



Tradicional no jornalismo, o off é usado quando uma pessoa pública quer mandar um recado a alguém sem assumir isso publicamente, ou sem assumir diretamente o ato de ameaça à face: o uso do off, da informação que teria sido transmitida por uma pessoa próxima a este homem público, ou a alguém que teria conversado com ele. Muitas vezes - não afirmo que o seja neste caso específico - é a própria pessoa em questão a origem da mensagem, mas se esconde atrás uma fonte não identificada, num trabalho de face de realizar o AAF com estratégias defensivas. Isso torna possível fazer o ato sem assumir sua autoria, porque oficialmente quem falou foi uma terceira pessoa que não pode ser identificada.

Sobre outros pontos da entrevista, como as críticas às metas de inflação, Palocci teria considerado como avaliações normais dentro do ponto de vista de Furlan. Seguindo a linha de mandar recado a Furlan, a mesma reportagem informa que interlocutores do presidente Lula disseram que ele concorda com a política cambial adotada e que o governo está convicto da eficiência da condução da economia. O texto segue informando que na equipe econômica, a avaliação é de que tudo *“não passa de fogo amigo, alimentado pelo peso político que Furlan – representando empresários – está dando a questões técnicas”*.

A não nomeação dos agentes envolvidos no ato de ameaça à face é uma estratégia de proteção do autor da ameaça, que nesse turno da interação já assumiu o papel de ameaçador. Pode ser ainda usada como forma de proteção do jornalista e do jornal, seja por falta de segurança em relação à fonte da informação, seja por falta de interesse editorial em explicitar claramente o ataque em questão. As respostas ao fogo amigo de Furlan vieram com estratégias de proteção, mas não deixaram de ser feitas, porque houve uma face atingida publicamente, a população estava assistindo e exigia dos ofendidos uma reação de defesa a própria face, ainda que de forma indireta, por meio de ataque ao ofensor. Quando os tais interlocutores de Lula dizem que Furlan – representando empresários está dando peso político a questões técnicas fazem dois ataques à face ministro: estar no governo, ser ministro e continuar representando empresários; dar peso político a questões que são técnicas.

Menos diplomacia teria havido no Ministério das Relações Exteriores, onde as declarações de Furlan foram “consideradas inconvenientes”. Mas o titular da pasta, o chanceler não quis comentar as críticas de Furlan. Amorim limitou-se a dizer que o Brasil não está abandonando o comércio com países ricos e que em 2004 as vendas do Brasil para os EUA cresceram 18% e para a União Européia, 30%. A afirmação

é também uma forma indireta de dizer que o outro está errado, mas em vez do ataque direto à face ou à competência de Furlan, ele usa números, dados técnicos, para mostrar que o outro está errado.

Em 7 de outubro de 2005, o ministro do Desenvolvimento, volta a atacar a equipe econômica, novamente ao *Estado de São Paulo*: “**Câmbio: Furlan contesta Palocci**” é a matéria de abertura do caderno de Economia. A reportagem começa mostrando declarações divergentes sobre o câmbio dadas no mesmo dia por Furlan e o titular da Fazenda. Palocci afirmou que apesar da valorização do real frente ao dólar, as exportações seguem batendo recorde. Furlan rebateu:

*“Na fotografia de hoje, ele (Palocci) tem razão. Mas nós aqui, por sermos a bandeira do desenvolvimento, temos a obrigação de olhar o futuro. Estamos colhendo hoje o que foi plantado em 2003 e 2004. E, no ano que vem, e nos anos subseqüentes, vamos colher o que estamos plantando agora, alertou... O conforto de hoje não garante o sucesso de amanhã”.*

Furlan continuou sua tese lembrando que fabricantes de automóveis, eletrodomésticos e calçados estavam revendo para baixo seus planos de investimento por causa da perda de competitividade em alguns mercados externos. “*A nossa preocupação já não é mais com 2005, onde os dados estão praticamente consolidados. Queremos que 2006 e 2007 sigam essa tendência de crescimento das exportações de 20% ao ano*”. É assim o fogo amigo de Furlan – o linguajar técnico dissimulando a crítica, que nem por isso deixa ser menos crítica ou menos sentida pela face ameaçada. A resposta de Palocci, publicada na mesma reportagem, veio também de forma técnica: “*Não discutimos nossa política cambial, que é flutuante desde 1999, porque achamos que ela presta um bom serviço à economia brasileira.*”

Em outra entrevista, Furlan volta à carga, dessa vez de forma mais genérica contra a administração Lula: “**Governo está sem objetivos, diz Furlan**”, é a manchete do *Estado de São Paulo* do dia 13 de dezembro de 2005. Pela maior amplitude do ataque, a fala de Furlan deixa a editoria de Economia e vai para a Nacional, onde se abrigam os assuntos políticos. “**Furlan diz que governo não tem objetivos e país está desanimado**” é a matéria que abre o caderno. Um dos mais festejados colaboradores de Lula e dos poucos – junto com Palocci que haviam permanecido desde a posse até o fim do terceiro ano de governo – Furlan se furtou até mesmo de defender a candidatura de Lula à reeleição. No seu melhor estilo, quando perguntando sobre a reeleição, o ministro respondeu: “*Eu não entendo disso*”, levando ao extremo seu caráter técnico e não político, como se nem fizesse parte do governo. Nessa interação, para evitar fazer um Ato de Ameaça à Face do presidente, Furlan se esconde na identidade de técnico e evita o fogo amigo, agindo como se não fosse também um inte-

grante do grupo político. Essa negativa, contudo, implica um tipo de ameaça, porque é tão claro que ele não está sendo verdadeiro, que conduz o leitor a imaginar que ele evitou responder porque a resposta não seria boa.

O mesmo descompromisso com o grupo, Furlan demonstrou ao analisar o trabalho da equipe a que pertence: *“O governo não faz sinalizações, não traça cenários, objetivos, nem estabelece meio para atingi-los”*. Sem individualizar, o ministro critica “o governo” de forma genérica, como se este fosse uma entidade independente e também ignora o fato de ser sim um integrante da equipe. Mas lembra essa participação ao comentar a crise política e rebater a idéia de que a corrupção atinge toda a administração Lula: *“Não há lama no governo. Não aceito essa pasteurização”*, protestou, depois de ter ele próprio pasteurizado ao criticar a inoperância da administração. Ainda na mesma entrevista Furlan voltou a criticar a política cambial por permitir a valorização do real frente ao dólar e seu efeito negativo sobre as exportações: *“Vamos fechar o ano com queda de 20% no volume exportado desse setor (calçados). A queda é dramática.”* E voltou a artilharia aos juroos altos: *“As taxas de juroos derrubam a demanda do mercado interno”*.

De novo, o fogo amigo de Furlan não cita nomes, não é pessoal, é técnico. Mesmo quando todos sabem que as críticas à economia tem como endereço o Ministério da Fazenda, domicílio de Antonio Palocci, o nome do ministro jamais é citado. Quando a crítica é mais ampla, direcionada ao cérebro da administração, também não há referência direta ao presidente Lula ou a nenhum ministro especificamente, mas sim ao governo de modo genérico.

Ainda assim, a fala de Furlan teve resposta do ministro Palocci, principal alvo as críticas, e deu ainda mais exposição ao fogo amigo que dominava o governo. ***“Críticas à política econômica dividem o Ministério de Lula - Ministros reagem de forma diferente ao desânimo relatado por Furlan”***, é a manchete do *O Globo* de 14 de dezembro de 2005, dia seguinte à entrevista do ministro do Desenvolvimento. Na matéria que ocupa toda a página 3 de jornal – espaço nobre da editoria de política – a noção de guerra interna é reforçada com o título: ***“Cada ministro atira para um lado”***. A reportagem relata a reação do ministro da Fazenda Antonio Palocci à fala de Furlan: *“Fiquei preocupado de o ministro Furlan se confessar um pouco desanimado. Vou pedir para ele não perder o ânimo, porque ele é um grande incentivador dos projetos que fizemos este ano. Ele é um ás de ouro deste governo”*.

O ministro da Fazenda tenta amenizar o efeito das críticas de Furlan e, empenhado em resguardar a equipe, não ataca e nem reclama do colega. Ao contrário,

mostra-se solidário, tentar enquadrar a interação dissonante como uma questão pessoal, se diz preocupado com o desânimo do colega, diz que vai telefonar para ele e pedir que não desanime. Usa de polidez positiva, elogia e valoriza Furlan, ao mesmo tempo em que lembra que o ministro também faz parte e tem papel de destaque no governo que critica. Tudo muito sutil e cheio de estratégias.

A eficácia do trabalho de face realizado por Palocci acabou se perdendo ante a reação dos outros integrantes do governo, que acabaram expondo mais ainda as divergências públicas do grupo que deveria agir com coesão. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, por exemplo, apoiou Furlan, dizendo que o PT e a sociedade esperam um ritmo maior de crescimento da economia e, que para isso, seria necessário reduzir os juros. *“O ministro referiu-se ao ânimo do mercado, da indústria, da economia, temos que trabalhar em sintonia”, disse Marinho.* Já o presidente do BNDES Guido Mantega, discordou de Furlan, a quem é subordinado, de acordo com a hierarquia do governo:

*“Não concordo. Existem as metas. Essas metas já estão estabelecidas. É o planejamento de longo prazo que está sendo posto em prática. Basta ver os resultados. A indústria brasileira não crescia há quase dez anos. Nos últimos dois anos está crescendo a um ritmo ímpar, crescendo e gerando produtividade. Talvez o ministro Furlan, esteja, digamos, um pouco decepcionado com o câmbio, porque para ele é o motor do superávit comercial, uma tarefa dele. Mesmo assim ele está tendo êxito, porque vamos superar US\$ 40 bilhões este ano”*

A entrevista de Furlan também repercutiu na oposição que aproveitou para traduzir em palavras claras a má impressão que se cria sobre a equipe toda vez que ocorrem episódios de fogo amigo. O senador Arthur Virgílio, líder do PSDB no Senado, atacou: *“O Furlan é um bom ministro. Cumpre objetivos. É um oásis de competência nesse deserto de idéias petistas. Agora, essas declarações revelam o desgoverno. Esse tipo de debate só poderia acontecer, no máximo, para dentro. Nunca para fora”.*

A fala do líder a oposição também tem estratégias, mas não para amenizar e sim para aumentar a intensidade das críticas de Furlan, ou pôr mais lenha na fogueira, como é de se esperar da oposição. Ao se utilizar polidez positiva para elogiar Furlan, o tucano está na verdade aumentando o grau de ameaça da fala do ministro. E ele completa, concluindo aquilo que Goffman já observara em 1957, que numa equipe não pode haver discordância principalmente perante a representação externa e quando isso acontece fica claro que falta autoridade na equipe. Ou seja, Virgílio usa a fala de Furlan para atacar a face de Lula.

O presidente Lula ao se encontrar com a imprensa, no dia da publicação da entrevista de Furlan, já partiu com uma estratégia de deboche, para tentar reduzir a importância das críticas de Furlan. Antes mesmo de ser questionado pelos jornalistas, o presidente perguntou: “*Qual a fofoca do dia?*”. Mas a informação de bastidor reproduzida pelo jornal *O Globo* foi de que o presidente não gostou nada das declarações do ministro, justamente um dos ele que mais elogiava. Furlan que estava fora do país teria telefonado a Lula para dar explicações e conversou com o secretário de imprensa da Presidência, André Singer. Depois, soltou uma nota para dizer que fora mal interpretado e que suas declarações foram reproduzidas fora de contexto, numa clara estratégia de reenquadramento da fala anterior. Escreveu o ministro, segundo a matéria de *O Globo*:

*“Perguntado se o governo não estabeleceria metas para o próximo ano, disse que na reunião ministerial de 19 de dezembro seriam apresentados os números para 2006, mas que se dependesse somente de mim, haveria também uma meta de crescimento”. Ele acrescentou que na entrevista afirmara que o governo trabalha ‘com as sinalizações do mercado, em vez de traçar cenários que estimulem as empresas e a sociedade, o que é nossa obrigação. Afirmei que era preciso que fossem sinalizados os objetivos e os instrumentos para alcançá-los. O ministro acrescentou ainda que ao ser perguntado se o país enfrenta um período de desânimo e se o setor produtivo compartilha dessa percepção afirmou que muitas empresas fizeram cenários negativos de câmbio e juros, provocando uma sensação de desânimo que afetava as iniciativas, novos investimentos no país e o consumo. Complementou que apesar disso, continuava a ser o ministro mais otimista da Esplanada”.*

## 6.5 – Estrelinhas do PT

*Vou falar as coisas que eu penso. Sempre fui assim e não tenho por que deixar de ser Ricardo Berzoini*

Depois de passar pelo Ministério da Previdência, onde protagonizou o triste episódio do recadastramento de aposentados que levou velhinhos para filas insuportáveis e gerou manchetes dramáticas para os jornais, e também pelo Ministério do Trabalho, o deputado Ricardo Berzoini se candidatou à presidência do PT, para apagar um incêndio decorrente dos escândalos de corrupção. Com a saída de José Genoino, envolvido nas denúncias de Caixa 2, Lula deslocou o ministro da Educação Tarso Genro para a presidência interina do partido, até a realização de novas eleições. A idéia era que o patrimônio moral representado por Genro ajudasse a resgatar a ética perdida do PT. Mas durou pouco. Genro não conseguiu livrar o partido da influência de ex-chefe da casa Civil, José Dirceu, acusado pelo deputado Roberto Jefferson de ser o “cabeça” do esquema do “mensalão”. Derrotado por Dirceu, que não retirou nome da chapa à direção do partido pelo campo majoritário<sup>4</sup> e foi derrotado em votação interna do partido, Genro que pretendia desvincular totalmente o PT da direção anterior envolvida no escândalo de corrupção e Caixa 2, desistiu de se candidatar à presidência do partido. Ricardo Berzoini foi lançado como novo candidato com apoio de José Dirceu e acabou eleito presidente do PT.

Antes, ao lançar sua candidatura, Berzoini disparou críticas ao governo, mais especificamente à ação da equipe econômica. “*Será difícil emplacar entusiasmo em 2006 com essa política econômica*”, disse em reportagem publicada na página A-5, da edição de 30 de agosto de 2005, do *Estado de São Paulo*. A entrevista foi manchete do jornal com o título: “**Berzoini, substituto de Tarso, quer outro foco na economia**”.

*“Não estamos propondo mudar o modelo, mas não dá para aceitar esses juros altos e ter uma execução orçamentária tão cautelosa. Precisamos combinar essa política com crescimento econômico e é claro que tudo isso estará em xeque no ano que vem.”*

---

<sup>4</sup> Corrente do Partido dos Trabalhadores ao qual pertencem Lula e José Dirceu e que, à época dessa disputa, controlava mais da metade dos votos do diretório nacional do partido.

GOVERNO

# Críticas do PT irritam Lula e ministro Palocci

Resolução do sábado é um aviso, ao Planalto de que não será fácil montar um novo programa de governo

Vera Rosa  
Ana Paula Schenone  
SILVEIRA

As críticas mais contundentes do PT à política econômica desenvolvida pelo presidente Lula incluem Lula da Silva e ministros ministros da Fazenda, Antônio Palocci. Mesmo pelo que está escrito na resolução aprovada sábado no Conselho Nacional do PT e assinada por suas portas. Na prática, o texto indica que Lula terá dor de cabeça com o partido quando for hora de avaliar para sua candidatura à reeleição, em 2008, e definir o novo programa de governo. Será mais um problema para ele com cenário de grave crise política.

Desde que o moderado Campos Majoritário perdeu a hegemonia no PT com a eleição da nova diretoria, em setembro, Lula ficou com sua rede de proteção empobrecida. "O PT vai ter que escolher se quer se manter no topo de tudo ou se quer voltar ao chão", disse o ministro das Relações Institucionais, Joaquim Wagner. "Precisamos agir com racionalidade".

A resolução que recebeu sinal verde da cúpula do PT prega redução das metas de crescimento — a perspectiva feita pelo governo para julgamento dos juizes da dívida pública. Mais do

que o País "não pode e não vai" apertar nos setores dentro da "economia de baixo" imposta pela dívida pública e por altas taxas de juros. Além disso, o PT defende a proposta de déficit zero, sob o argumento de que o plano exigirá investimentos e gastos sociais.

"É claro lembrar que a estratégia já está escrita pelo presidente. Agora, a vontade depende de que ele vai encontrar pela frente as boas ideias, se tem ideia na prática...", afirma Wagner.

## Teoria petista e a prática do governo se defrontarão no encontro de abril

No Encontro Nacional do PT, em abril, o confronto entre a prática do governo e a teoria do partido ficará mais evidente. Dependendo de Lula, por exemplo, as adaptações serão amplas — embora a crise tenha sido criada pelo próprio. Dependendo do PT, restará a prática da esquerda.

No ministério do Trabalho da Previdência, a presidente do PT, Ricardo Berzoini, disse que as críticas são o resultado do descompasso e da incoerência da política econômica. Para ele, é preciso passar o governo para a es-

querda. "Queremos que o PT se torne o governo Lula seja o primeiro do segundo mandato", afirmou o secretário-geral do PT, Raul Pont. "Não é o momento que vai apontar quem está no governo".

Para Jacques Berzoini, secretário-geral adjunto do PT, o encontro vai revelar as expectativas com os movimentos sociais. "O que acontece hoje é o PT e a política de juros-economia e de desenvolvimento", afirmou Berzoini, que, assim como Pont, é da Democracia Socialista.

"As críticas são essenciais, mas não são o objetivo. O que importa é a mudança proposta por Lula não pode ser apenas uma jogada de marketing. Se há consenso contra a política econômica, e se ele quer ganhar a eleição, tem de mudar".

Não é o que pensa Francisco Campos, secretário-geral do PT e líder petista — instância máxima da legenda —, há dias discutindo em relação aos seus livros publicados como resultado do encontro à inflação. "É possível crescer distribuído renda e riqueza, com inflação e crescimento", afirma Campos, que tem o mesmo nome que o atual presidente do PT, embora parte de uma "linha petista", ao qual não se opõe para críticas ao ministro. "Não é isso. O problema é que o PT sempre só atrapalha", reagiu Campos.



Associação - "O PT não é governo. É o partido mais importante da base", diz Ricardo Berzoini

## Berzoini não vê crítica na nota

Petista desmente enfrentamento entre partido e governo

O presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, nega afirmar que a resolução aprovada pelo partido em relação ao governo. "O documento expressa o espírito de maior laço do partido", afirmou. "Antes, o PT ficou vinculado ao governo. O PT não é governo. É o partido mais importante da base (de apoio ao governo)", afirmou o presidente da legenda. "Não creio que seja alguma coisa", ressaltou Berzoini.

No texto aprovado no final de semana pelo Diretório Nacional petista — instância máxima da legenda —, há discussões em relação aos seus livros publicados como resultado do encontro à inflação. "É possível crescer distribuído renda e riqueza, com inflação e crescimento", afirma Campos, que tem o mesmo nome que o atual presidente do PT, embora parte de uma "linha petista", ao qual não se opõe para críticas ao ministro. "Não é isso. O problema é que o PT sempre só atrapalha", reagiu Campos.

Segundo Berzoini, o documento mostra a autonomia do partido em relação ao governo. "O documento expressa o espírito de maior laço do partido", afirmou. "Antes, o PT ficou vinculado ao governo. O PT não é governo. É o partido mais importante da base (de apoio ao governo)", afirmou o presidente da legenda. "Não creio que seja alguma coisa", ressaltou Berzoini.

O presidente do PT afirmou ainda que as críticas à política econômica não fazem parte do programa, mas sim do partido. "Não há clima de enfrentamento", insistiu Berzoini, que afirmou pela manhã conversou com o líder do governo no Senado, Antônio Maranhão, e segue a fazer sua avaliação. Entretanto, o senador criticou o texto

aprovado pelo PT e rejeitou a postura de "enfrentamento" da legenda. "Não há clima de enfrentamento", garantiu Berzoini.

Ele afirmou que o texto não critica a política econômica de Palocci. "Não há clima de enfrentamento", afirmou o presidente da legenda. "Não creio que seja alguma coisa", ressaltou Berzoini.

Berzoini observou também que no resultado do final de semana o Diretório Nacional também reconhece a importância das ações do governo na área econômica, sendo até eleições. "Todo mundo sabe que a política econômica precisa ser revertida e corrigida que estava em curso", afirmou, sem citar nominalmente o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. ■ ARA

Berzoini também usa a contradição, uma estratégia de indiretividade: diz que não está propondo mudar o modelo, mas afirma que não dá para aceitar os juros e a execução orçamentária que vem sendo praticada pelo governo. Se não dá para aceitar, então o modelo precisa ser mudado. Numa crítica cuidadosa e cheia de estratégia de amenização, o ex-ministro ressaltou que suas divergências com o governo não são de fundo, mas de foco.

*“Concordo integralmente com os fundamentos da política econômica. O Brasil precisa ter superávit primário e tomar cuidado com inflação, porque há uma cultura inflacionária forte... Mas nós podemos e devemos crescer mais. Nossa meta de inflação é muito justa e exigiu uma política monetária muito dura do Banco Central”*

Em seguida ele ressalva que as divergências devem ser discutidas “*amigavelmente*” dentro do partido. Mostrando estar ciente de sua atitude embaraçosa, o candidato chegou a justificar sua atitude: “*Vou falar as coisas que eu penso. Sempre fui assim no governo e não tenho por que deixar de ser agora*”. O interessante desta fala é que teoricamente Berzoini tinha sim uma razão para deixar de ser assim agora, visto que integrava uma equipe e, se queria cooperar para o sucesso do trabalho desta, a defesa da equipe deveria superar a questão pessoal. Berzoini também rompe com a máxima da qualidade, prevista por Brown e Levinson (1987) e faz um discurso dúbio, quase contraditório. Concorda com a política econômica, diz que o país precisa de cuidado porque tem cultura inflacionária. Mas diz que a meta de inflação é muito justa. E por fim ressalva que suas discordâncias devem ser discutidas “*amigavelmente*”, ou seja, ele atira, mas não quer deixar de ser amigo, de pertencer à equipe e acha que as discordâncias devem ser discutidas em paz, sem gerar problemas ou constrangimentos. Ora se é assim, se a questão deve ser discutida amigavelmente dentro do grupo, porque as expõem na mídia para que sejam conhecidas por milhares de pessoas que não são nem amigas e nem do grupo? Seria uma forma de construir para esse público uma face de questionador, de corajoso, sem romper ou brigar com o governo, discutindo amigavelmente?

A fala de Berzoini enseja uma discussão sobre o conceito de equipe, sobretudo de equipe política. Goffman (1985) conceitua equipe como um grupo unido em torno de um objetivo ou representação comum, empenhado na defesa da imagem do grupo. Mas, no caso da equipe política, a defesa da própria imagem parece superar a questão do grupo. O que Berzoini faz é justamente usar práticas defensivas e protetoras em busca de um equilíbrio. Ele tenta proteger a face do outro para que a sua pró-



pria também não fique totalmente descoberta durante o ataque, no qual ele também está reivindicando face para si. Berzoini critica a política econômica e usa estratégias para tentar amenizar as críticas, para dizer que as divergências não são ruptura com a equipe e podem ser resolvidas pelo grupo.

***O PT tem baixa credibilidade***, foi a resposta às críticas de Berzoini, dada pelo ministro do Planejamento Paulo Bernardo, conforme publicado na página 8 do Jornal *O Globo*, edição de 31 de agosto de 2003. “*Sou membro da mesma chapa de Berzoini, mas discordo da posição dele em relação a isso. A política econômica tem alta credibilidade e é um dos pilares do governo. O PT tem baixa credibilidade. É um erro a crítica*”.

Paulo Bernardo é mais direto em sua crítica. Talvez o fato de ter sido atacado primeiro faça o ministro se sentir no direito de também realizar o ato de ameaça à face do colega com menos estratégias protetoras, uma vez que está agindo em legítima defesa da própria face. Ele poderia ter usado uma estratégia de amenização, tentando indicar – pelo menos para consumo do público externo – que não percebeu a crítica ou não se sentiu atingido. Mas não, deixa claro que percebeu sim, não concordou e está constrangido diante da opinião pública. Na matéria publicada na *Folha de São Paulo*, do mesmo dia 31 de agosto de 2005, Bernardo também ressaltou a contradição nas críticas do PT e disse que para mantê-las o partido deveria passar à oposição nas próximas eleições:

*“Fiquei surpreso com a idéia de que temos de mudar a política econômica. Isso transformaria o nosso candidato, seja ele o presidente Lula ou outro, em um candidato de oposição ao governo. Não vejo como podemos nos apresentar à sociedade em uma situação como essa”*.

Mas as críticas do partido se mantiveram. No dia 13 de dezembro de 2005, uma nota aprovada pelo diretório nacional do PT pede redução dos juros e do superávit primário. O texto afirma que o país “não pode e não vai” aprisionar seu futuro “na camisa de força” da dívida pública. “*É possível crescer distribuindo renda e riqueza, com inflação e juros compatíveis com uma sociedade livre da ditadura dos interesses financeiros. Recusamos em absoluto a proposta de déficit zero*”, diz um trecho da nota. O secretário-geral do PT, Raul Pont, reforçou: “*Não é a submissão que vai apontar nosso apoio ao governo*”. O secretário-adjunto do partido, Joaquim Soriano, defendeu a posição do partido: “*O que atrapalha Lula não é o PT. É a política de juros escorchantes e o superávit sem noção*”, afirmou.

Ao comentar o texto, o presidente do PT, Ricardo Berzoini, amenizou o efeito da declaração afirmando que o documento não critica a política econômica. O inu-

sitado da afirmação ou a forte estratégia de negação adotada pelo ex-ministro, foi parar no título de uma das matérias: **Berzoini não vê crítica na nota**, está na página A-5, *Estado de São Paulo* de 13 de dezembro de 2005. “*Não há crítica à política econômica, mas sim em relação ao tamanho do superávit e à intensidade da política monetária*”.

A estratégia de proteção adotada por Berzoini vai para o título da matéria exatamente pelo alto grau de contradição que possui. O PT divulga um documento cheio de críticas e seu presidente diz que não vê crítica. Berzoini está usando estratégia de indiretividade para proteger a face do governo, rompe com máxima da qualidade que diz “não diga o que você acredita ser falso”. E ainda tenta relativizar a crítica, delimitando o foco criticado, ou seja, não há uma discordância com o todo, apenas com o ajuste fino, o remédio está certo, só discordamos da dose.

Berzoini ainda tentou tirar o ministro Antonio Palocci, maior responsável pela condução da economia, do alvo dos ataques. “*Não creio que seja uma afronta a Palocci*”, afirma quebrando a máxima de qualidade mais uma vez. Na insistência em amenizar o peso das críticas, ele chega a dizer literalmente que aquilo não era fogo amigo. Só não define o que era, posto que não era fogo inimigo e carinho, muito menos. Diz o texto do jornal: “*O presidente do PT afirmou ainda que as críticas à política econômica não fazem parte do **fogo amigo**, recorrente no partido. ‘Não há clima de acirramento. Trata-se de uma avaliação política’*. O ex-ministro tentou justificar a atitude do PT e atribuiu as críticas à autonomia do partido em relação ao governo. “*O documento expressa a opinião da maioria do partido. Antes o PT ficava vinculado ao governo. O PT não é governo. É o partido mais importante da base aliada.*”

Nesse trecho, o PT tenta construir e reivindicar para si uma face de autonomia em relação ao governo. O PT não é governo, não é o responsável pela política econômica dos juros altos. Mas não foi o PT que chegou ao poder depois de tantos anos, que venceu as elites e empossou um operário na presidência? A noção de pertencimento ao grupo, à equipe pode variar de acordo com o momento, uma vez que existe um trabalho de construção, proteção, ataque e salvação da face. Em mais uma estratégia de reparo à face do governo, o presidente do PT ainda ressalta o sucesso da atuação do governo na área econômica. “*Todo mundo sabe que política econômica adotada ajudou a reverter a tragédia que estava em curso*”, disse ele, como observa o jornal, sem citar nominalmente o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O esforço do ministro para salvar a face do governo foi divulgado junto com a

com a notícia de que as críticas deixaram Lula e Palocci irritados. O recado foi dado pelo ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner:

*“Só quero lembrar que a estrada já está escolhida pelo presidente. Agora, a velocidade depende do que ele vai encontrar pela frente: se tem curva, se tem óleo na pista....”*, avisou Wagner, usando as metáforas como estratégia de indiretividade, sem dizer exata e claramente o que está pensado, deixando margem a interpretações.

## 6.6 – O homem-bomba

*O PT nos usa como uma amante e tem vergonha de sair conosco à luz do dia*  
**Roberto Jefferson**

O ex-deputado Roberto Jefferson é dono de uma história ímpar. Quando parecia que ele já tinha chegado ao auge da polêmica em sua vida pública, ele mostrou que o ápice de sua biografia ainda estava por vir, ao ser tornar o personagem principal da crise que sacudiu o governo e expôs as entranhas de um dos maiores escândalos de corrupção já publicados no país.

Roberto Jefferson é advogado criminalista e ganhou fama na década de 80, como advogado dos pobres num programa popular chamado *O Povo na TV*. Daí partiu para a carreira política e foi deputado federal por seis mandatos consecutivos até ser cassado em 14 de setembro de 2005. Antes de denunciar o escândalo do mensalão, sua marca histórica era ter sido integrante da chamada tropa de choque do presidente Fernando Collor de Melo, grupo de parlamentares que fizeram tudo para impedir o *impeachment* do presidente, o que acabou ocorrendo em setembro de 1992. Naquela época, pesava 175 quilos, andava armado e tinha modos truculentos que lhe renderam apelidos de “trator” ou “troglodita”, como ele mesmo se definira depois ao recordar esses tempos.

Jefferson é dono um passado polêmico. Além do envolvimento com os escândalos do governo Collor, também teve seu nome citado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, em 1993. No relatório da CPI, seu nome foi incluído entre 14 parlamentares que deveriam ser alvo de maiores investigações. A conclusão era de que sua renda nos cinco anos anteriores era compatível com o patrimônio e a movimentação bancária do período, mas a subcomissão de patrimônio chamava a atenção para a existência de bens não declarados à Receita.

Decidido a mudar, Roberto Jefferson, submeteu-se a uma cirurgia de redução de estômago. Jogou fora 78 quilos, abandonou a armas, trocou os óculos pesados por lentes de contato e assumiu ares de um homem elegante e de fala macia. Foi com esse novo visual que conquistou assento e direito a indicações nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Na administração petista, seu partido, o PTB, ganhou o Ministério do Turismo, ocupado por Walfrido dos Mares Guias, e vários cargos de segundo e terceiro escalões, presidências e diretorias de autarquias e empresas estatais, como Correios, Furnas, Eletronorte, Eletronuclear.

**INTERNET** COMO O BLOG  
VIROU COISA SÉRIA

**CHILE** RECEITA DE SUCESSO  
ECONÔMICO E POLÍTICO



Editora Abril  
sitio 1.987 - ran 18 - nº 22  
11 de junho de 2009

# veja

www.veja.com.br

## DEPOIMENTO

Senador do PTB e líder  
do governo recebe  
denúncia de esquema  
do PT nos Correios

## DOCUMENTOS

O PT se uniu ao PTB  
para favorecer  
amigo de Jefferson  
em estatais

# O HOMEM BOMBA

Se for incriminado pela  
CPI dos Correios, Jefferson  
ameaça levar junto Dirceu,  
Silvio e Delúbio, do PT

Olga Célia Ribeiro Jefferson, do PTB



Foi num desses cargos que se acendeu o estopim da crise, mais especificamente numa diretoria dos Correios onde Maurício Marinho, alçado a diretor por indicação de Roberto Jefferson, foi flagrado negociando propina de R\$ 3 mil em nome do deputado. A fita de vídeo com a negociação foi divulgada pela revista *Veja*. Depois foi a vez do então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Lídio Duarte, também indicado pelo PTB, dar uma entrevista afirmando que o deputado pedira a ele propina mensal de R\$ 400 mil, a ser cobrada das empresas que trabalhavam com o instituto. E as denúncias não pararam mais de pipocar em todos os órgãos de imprensa, cada vez envolvendo um novo indicado de Jefferson. Acuado, o deputado partiu para o ataque com a fala mansa de agora, a mão pesada do troglodita do passado e a retórica de sempre, lapidada nos tempos de apresentador de TV.

As razões para justificar o fogo amigo são muitas, mas no contexto do universo político a razão quase sempre é disputa de poder dentro do próprio grupo. Como ensina Erving Goffman (1985), algumas vezes o membro da equipe age de forma discreta, tentando se colocar sutilmente sob uma luz favorável e com a mesma sutileza tenta lançar sobre o oponente uma luz indesejável, ainda que com a cobertura de cortêsias e aparente bom relacionamento social. É uma tentativa de usar o fogo amigo para iluminar a própria imagem ao custo de deixar o outro, dito amigo, na sombra. Mas há casos que não resta outra alternativa, senão atacar os companheiros da equipe como forma de autoproteção. Vejamos o que Goffman diz no trecho que se segue:

“... Embora em nossa sociedade as equipes sejam geralmente obrigadas a abafar sua raiva por trás de um consenso operacional, há ocasiões em que são obrigadas a eliminar a aparência de sóbria oposição atrás de uma demonstração de sentimentos ultrajados. Igualmente, há ocasiões em que os indivíduos, quer queiram, quer não, se sentem obrigados a destruir uma interação a fim de salvar sua honra e seu prestígio” (Goffman, 1985, p.225)

O trabalho de Goffman, publicado 20 anos antes de junho de 2006, o mês que abalou a República e mudou para sempre a história política brasileira, descreve com precisão o comportamento do presidente do PTB. É bem certo que o passado e a polémica histórica política de Roberto Jefferson tornam complicado incluí-lo no grupo dos autores de fogo amigo contra o governo, pela simples dificuldade de considerar o deputado um amigo, sobretudo amigo do PT, amigo de Lula, gente que até meses antes da eleição Jefferson costumava comparar ao demônio. Mas, estamos no mundo da política em que predomina aquele tipo de amizade instrumental. Eleito Lula, Jefferson explicou que “*apesar das diferenças PT e PTB se uniram com afeto*” (*Folha de São Paulo* 6 de junho de 2005, p. A4) e se posicionou como membro de uma equipe,

da equipe governo Lula. Seu partido integrava a base aliada do governo, detinha um ministério, inúmeros cargos na administração federal. Talvez, exatamente por ter assumido tal postura, o deputado se sentiu traído e abandonado pelo governo quando começaram a pipocar denúncias de corrupção nas áreas em que o PTB administrara. É bom lembrar que nos tempos do Collor, Jefferson defendeu o colega de equipe até o fim, mesmo que isso tenha lhe custado a pecha de integrante da tropa de choque de Collor.

Na coligação com governo Lula, ele não se sentia respeitado o suficiente pelos outros integrantes do PT e considerou-se vítima do que chamou uma armadilha do ministro José Dirceu contra ele. Também reclamou de que PT não dividia o governo, dava um cargo a seu partido e punha algum petista no cargo imediatamente inferior, porém com mais poder do que o seu indicado. Era o ele que chamava de “dar a cabeça e tomar o corpo”. Jefferson disse ainda que se pudesse voltar atrás não faria a aliança com o governo.

*“Não faria, não faria, não faria o acordo com o governo. Não faria. Eu sempre disse aos meus companheiros, e eles são testemunhas desde do início: o PT não tem cabeça, só cabeça. Ele nos usa como uma amante e tem vergonha de sair conosco à luz do dia. Nós somos para o PT gente de segunda.” (Folha, 6 de junho de 2005)*

Roberto Jefferson preferiu explodir tudo a assumir sozinho a fama de corrupto, quando sabia que havia casos muito mais graves ocorrendo no governo, entre os petistas que se consideravam melhores do que ele. Segundo seus próprios relatos, em meio à disputa de poder e indicações de afilhados, ele teria sido vítima de uma armadilha armada pelo ministro José Dirceu que o convencera a retirar sua assinatura de apoio à formação da CPI dos Correios – que o governo queria evitar a qualquer custo. Dirceu garantia que a fita em que Marinho foi flagrado pedindo propina em nome de Jefferson fora desqualificada pela Polícia Federal. E também teria prometido “segurar” *O Globo* para evitar mais ataques a Jefferson. Ele conta que retirou a assinatura do pedido de CPI e as notícias contra o PTB ganharam ainda mais força.

*“Eu falei: eu errei e me enfraqueci ao retirar a assinatura da CPI e o Zé Dirceu armou essa arapuca para mim. Foi quando disse ao Walfrido: Vão botar tudo no colo do PTB. Toda a corrupção que tem dentro dessa estrutura de relações da cúpula do PT em algumas empresas do governo no colo do PTB.... Vão enterrar a CPI e, enterrando a CPI, é inquerito, e o delegado da PF está agindo politicamente. Ele só vem para cima do PTB. ... E hoje no Globo, num noticiário promovido pelo governo, saiu que eu mandei gravar o Marinho. Que a PF e o governo ‘desconfiam’ que o deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB, foi à Abin e pediu que um órgão de Estado filmasse o Marinho. Olha a conversa! Eu vejo nitidamente o dedo desse segmento – Zé Dirceu, Genoio, Delúbio – para colocar esse cadáver podre no colo do PTB.” (Folha de São Paulo, 12 de junho de 2005, página A6).*

Derrotado na disputa de poder, traído, Roberto Jefferson preferiu cair atirando. A “bomba” foi a entrevista de três páginas publicada pela *Folha de São Paulo*, de 6 de junho de 2005. Nela, Jefferson afirma que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e outros membros do partido pagavam mesada de R\$ 30 mil aos deputados dos partidos aliados para que votassem a favor dos projetos do governo. O mensalão, afirmou, também foi oferecido a ele, que não aceitou, e criou uma insatisfação entre os deputados de seu partido. Jefferson também garantiu ter denunciado o esquema a vários ministros do governo que nada fizeram. O pagamento do mensalão, diz, só foi suspenso quando ele denunciou o caso ao presidente Lula, a quem ele fez questão de posicionar como um inocente, traído pela cúpula do Partido dos Trabalhadores. Diz o deputado à *Folha de São Paulo*:

*“Um pouco antes de Martinez morrer (José Carlos Martinez, presidente do PTB) ele me procurou e disse: Roberto, o Delúbio (Soares, tesoureiro do PT) está fazendo um esquema de mesada, um mensalão para os parlamentares da base. O que você me diz disso: Eu digo: Sou contra. Isso é coisa de Câmara de Vereadores de quinta categoria. Vai nos escravizar e vai nos desmoralizar”*

De acordo com o relato de Jefferson, o primeiro a ser informado sobre o mensalão foi o ministro do seu próprio partido:

*“No princípio de 2004, fui ao ministro Walfrido (dos Mares Guia, do Turismo, PTB) e disse que precisava relatar algo grave. Conversamos num vôo para Belo Horizonte. 'Walfrido está havendo essa história de mensalão.. Contei desde o Martinez até as últimas conversas. 'Em hipótese alguma. Eu não terei coragem de olhar nos olhos do presidente Lula. Nós não vamos aceitar”*

*“Fui ao ministro Zé Dirceu, ainda no início de 2004 e contei: Está havendo essa história de mensalão. Alguns deputados do PTB estão me cobrando. E eu não vou pegar. Não tem jeito. O Zé deu um soco na mesa: O Delúbio está errado. Isso não pode acontecer. Eu falei para não fazer. 'Eu pensei: vai acabar, mas continuou”.*

Na narrativa de Jefferson Lula aparece como o marido traído, o último a saber, mas o único a tomar uma providência contra a corrupção, conforme o trecho que se segue, extraído da mesma entrevista:

*No início deste ano (2005), em duas conversas com o presidente Lula, na presença dos ministros Walfrido, do líder Arlindo Chinaglia, do ministro Aldo Rebelo, do ministro José Dirceu, eu disse ao presidente: Presidente, o Delúbio vai botar uma dinamite na sua cadeira. Ele continua dando mensalão. Que mensalão?, perguntou. Ai eu expliquei ao presidente. O presidente Lula chorou. Falou: Não é possível. Eu falei: É possível sim, presidente. Depois disso, parou. Tenho certeza que parou, por isso está essa insatisfação aí na base. Ele meteu o pé no breque. Eu vi ele muito indignado”*

Jefferson deu sua própria justificativa para a atitude do governo: *“O PT entendia na sua cabeça, na sua cúpula, que era muito mais barato alugar um deputado do que discutir com os partidos um projeto de governo”.*



Armada a confusão, Jefferson passou uma semana em silêncio. Voltou a falar no dia 12 de junho de 2005, para a mesma Folha de São Paulo, na reportagem: **“Homem de Delúbio carregava mesada na mala”**. Ele conta que não tem provas da existência do mensalão, como fitas ou recibos, mas confirma e dá detalhes da operação, contando por exemplo, que o dinheiro do pagamento chegava a Brasília em espécie, em malas de viagens, levadas pelo publicitário mineiro Marcos Valério, a quem define como operador do mensalão, na seguinte afirmação:

*“Se você perguntar: tem prova? Fotografou? Gravou? Não, era conversa cotidiana na Câmara a repartição de mesada entre os deputados da base aliado, em especial, do PG e PP. Nunca ouvi falar do PMDB e tenho certeza que os deputados e senadores do PT jamais receberam isso.”* (FSP, 12 de junho de 2005, p. A5)

Jefferson também apresenta um dado novo que estaria ligado às razões de sua atitude. O PT prometera R\$ 20 milhões para financiar campanhas de seu partido e só entregara R\$ 4 milhões. E faz novos ataques aos ministros do governo Lula:

*“Os ministros foram covardes com o presidente. O ministro Palocci sabia do mensalão, porque eu falei para ele. O ministro Walfrido errou por não ter dito ao presidente sobre o mensalão, porque eu falei com ele. O ministro Ciro (Gomes da Integração Nacional) sabia. O Zé Dirceu, conversei com ele várias vezes sobre o mensalão. Deixaram o presidente completamente desinformado de algo que viciou a relação do governo, e do comando do PT em especial, com a base aliada no Congresso”.* (Idem)

Na mesma entrevista, Roberto Jefferson também não se furta a dar nomes do que define como direção do PT. Diz ele:

*“Genoino, Marcelo Sereno, Delúbio Soares, Zé Dirceu, que sempre soube de tudo. Várias vezes eu conversei com o Genoino e com o Delúbio no gabinete do ministro Zé Dirceu. Tudo era tratado com o conhecimento dessas pessoas e do Silvio Pereira. Isso no início do governo. Há uma sala contígua à do ministro Zé Dirceu no Palácio do Planalto e de vez em quando, nós fazíamos essas conversas”;* (Ibidem)

Ele também reforça a proteção à face do presidente Lula, que já havia adotado na entrevista anterior:

*“A primeira vez que eu pude despachar com o presidente Lula no gabinete dele, despachando com ele, foi em janeiro deste ano. E quando eu disse a ele, olhando nos olhos dele, do mensalão, o choque dele. ... Conte isso ao presidente Lula. E vi a reação dele de perplexidade. E então as coisas pararam. Mas o que é estranho é que a Abin, depois que eu disse isso ao presidente Lula, parte para mandar arapongas contra o PTB. Alguém dentro do governo não gostou que nós passamos essa informação ao presidente Lula”.* (Ibidem)

Jefferson foi fazendo suas denúncias aos poucos, em conta-gotas, sempre deixando no ar idéia de que tinha mais a dizer e, principalmente, a provar. Essa atitude levou muitos petistas a questionar se ele não estaria fazendo chantagem com o PT, mas ele negou. Na verdade, logo após a primeira entrevista dada à *Folha*, o grande boato e expectativa em Brasília era de que ele teria gravações comprometedoras con-

tra o governo. Daí porque, logo no início da nova entrevista ele ter anunciado que não tinha provas sobre o mensalão. Mas ao encerrá-la, ele volta a dar tom de chantagem ao afirmar que não temia pela própria segurança. “*Se fizerem algo comigo, a República cai*”, frase que foi parar na manchete da página A6 da Folha de São Paulo, de 12 de junho de 2006. “*Em hipótese alguma (é chantagem). Chantagem é para ganhar dinheiro, ter contraprestação financeira. Eu falei do mensalão aos ministros no ano passado. Isso não é chantagem, é advertência*”.

Jefferson também deixa claro que sua relação com o governo estava terminada, ou seja, ele não se considerava mais da equipe. “*Eu acho é que chegamos a um ponto em que exauriu a relação . Há companheiros no partido que acham que podem continuar na base do governo. Eu entendo que acabou a relação.*” (Idem)

Daí porque as entrevistas seguintes de Roberto Jefferson deixam de ser objetos essenciais desse estudo. Elas passam a ser vistas sob outra ótica, pelas características de lingüísticas e trabalho de face rico que o deputado apresenta, mas não são mais consideradas fogo amigo. Ele realmente havia rompido com a equipe do governo e ainda afirmou isso publicamente.

O fogo amigo promovido por Jefferson, enquanto foi fogo amigo, teve um diferencial de calibre, de implodir a relação com o grupo, passando da posição de *in group* para *out group*. Um efeito mínimo e totalmente previsível ante um ataque de bomba atômica que implodiu a base do governo, teve efeitos contínuos e, por mais que ele tenha tentado proteger a face do presidente, só não o lançou violentamente para longe do Palácio do Planalto por uma série de outras variáveis políticas, econômicas e sociais. Não foi fundamentalmente o como ele disse, mas o conteúdo do que ele disse que tinha um potencial atômico, juntamente com o fato de ter dado nomes das pessoas. Jefferson não atacou idéias, não criticou coisas abstratas como a política econômica ou os juros altos. Ele citou pessoas com nome, sobrenome, cargos e as acusou de crimes de corrupção.

O estrago já estava feito, mas a grande interação pública de Roberto Jefferson ainda estava para acontecer: no dia 14 de junho de 2005, durante depoimento no Conselho de Ética da Câmara. Durante mais de 8 horas, o deputado contou com riqueza de detalhes, frieza de advogado criminalista e gestos teatrais de apresentador de televisão popular que domina o meio, as práticas de corrupção do governo. Conseguiu hipnotizar o público juntando ao que dizia, a forma de dizer, os gestos exagerados, ensaiados, que alternavam momentos de humor com exagero dramático próprio dos dramalhões

mexicanos. Dirigiu para a câmara de vídeo um olhar expressivo e fuzilante endereçado do deputado José Dirceu, apoiado em 100% de certeza de que o agora inimigo o estava assistindo e ordenou: *“Dirceu, se você não sair daí rápido, vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula. Sai rápido daí, Zé”*. Jefferson fez questão de continuar protegendo Lula e de reduzir o ex-todo-poderoso ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, a nada mais que Zé.

A maior revelação feita por Jefferson neste depoimento foi de que recebera R\$ 4 milhões do Partido dos Trabalhadores, do total de R\$ 20 milhões prometidos, sem declarar nem à Justiça eleitoral, ou seja, confessou um crime. *“Sublimei o mandato, passei dele, não vou lutar por ele. Tenho um objetivo maior. Quero lavar minha honra e a honra do meu partido”*, repetiu diversas vezes durante o depoimento.

Roberto Jefferson realizou um show performático, de caras e bocas, frases de efeitos, e graves ameaças à face dos colegas parlamentares realizadas com a inabalável polidez que a liturgia do cargo de parlamentar exige, como no ataque feito ao deputado Sandro Mabel:

*“Vossa Excelência ofertou a ela (Raquel Teixeira) R\$ 1 milhão de luvas e R\$ 30 mil por mês.... Eu não fui acusado por nenhum deputado de ter feito propostas de luvas de R\$ 1 milhão. Já sublimei este mandato. Vossa Excelência é mentiroso”*, ou para Waldemar Costa Neto: *“Afirmando que vossa excelência recebe e repassa”* (referindo-se a dinheiro de corrupção ou quando sintetiza a política tal como a conhece e pratica): *“Vossa excelência não nomeia diretorias de estatais sem uma contrapartida para seu partido”*.

Jefferson voltou a acusar nominalmente deputados e aumentou a lista de acusados : Waldemar Costa Neto (PL), Pedro Corrêa (PP), Sandro Mabel (PL), José Janene (PP), Pedro Henry (PP) e, usando uma estratégia para amenizar, destruiu a imagem do Congresso: *“Me perdoem de coração, mas não posso ser cúmplice de vocês”*, afirmou no estilo peculiar. E renovou as críticas ao Partido dos Trabalhadores:

*“O PT não é leal. Essa gente do PT não tem coração. Eles nos usam com o sapo para atravessar o rio e sempre nos dão uma ferradinha. Só que, desta vez, a dose de veneno foi grande demais. Vão levar o sapo para o fundo do rio, mas os escorpiões da cúpula também vão junto”*.

Mesmo depois de romper com o governo, Roberto Jefferson manteve a proteção à face de Lula. Intensificou os ataques a outros integrantes do PT, a quem cobrou falta de lealdade. O deputado José Dirceu se tornou alvo preferencial. *“O mensalão é uma estratégia maquiavélica pensada pelo José Dirceu”*, afirmou ao *Jornal do Brasil* de 19 de junho de 2005, páginas A2 e A3. *“Penso que ele (Dirceu) é um ho-*

*mem sem palavra, sem entranha, sem coração. Usa as pessoas como laranja, chupa o caldo e cospe o bagaço”.*

Na mesma reportagem, o então deputado explica que foi levado ao embate com o PT, porque depois de contar ao presidente Lula sobre a existência do mensalão e ter provocado a suspensão da mesada, passou a ser perseguido pela cúpula do PT, liderada por José Dirceu. Também nesta entrevista, Jefferson retoca sua primeira fala à *Folha*, quando disse que ao contar sobre o mensalão a José Dirceu, o ministro bateu na mesa e dissera que tinha avisado ao Delúbio para não fazer. A afirmação soou contraditória com as falas proferidas a partir da semana anterior, quando acusara Dirceu. Parecendo ter percebido a incoerência, Jefferson corrige:

*“Não achei sincera a reação. Ele deu um soco na mesa. Eu falei ao Delúbio para não fazer um negócio desses. Não achei uma coisa sincera. Falei para não fazer? Não mostrou surpresa. Depois falei com ele várias vezes e jamais a fonte secou, jamais o mensalão deixou de existir”, disse Jefferson.*

**JB- É a primeira vez que o senhor acusa José Dirceu de ser o mentor do mensalão. Por que não fez isso antes?**

*Porque ele saiu da Casa Civil. Eu posso dizer isso agora sem desestabilizar o governo.*

Outro momento espetacular ocorreu no dia 2 de agosto de 2005, no memorável encontro entre Roberto Jefferson e José Dirceu no Conselho de Ética da Câmara dos deputados, onde o então já ex-ministro da Casa Civil foi depor como testemunha, tendo Jefferson, na primeira fila, como inquisidor. No depoimento de mais de 10 horas, os dois se enfrentaram com palavras, gestos e principalmente olhares fuzilantes. *“Tenho medo de vossa excelência porque provoca em mim os instinto mais primitivos”*, disse Jefferson a Dirceu, um nos pontos altos do debate (*JB, 3 de agosto de 2005*). Roberto Jefferson ironizou: *“Dirceu, despidido de arrogância, vem dizer humildemente que não sabia de nada. Vocês acreditam?”*, e levou Dirceu a um momento de imenso constrangimento. *“Nunca fui arrogante”*, respondeu Dirceu. A frase levou a platéia às gargalhadas e a face do ex-ministro ao chão. Jefferson ainda abusou a ironia: *“Parabenizo vossa senhoria por se apresentar aqui hoje despidido da empáfia que exhibia enquanto ministro-chefe da Casa Civil”*. José Dirceu agarrou-se à biografia para tentar defender sua face: *“O Brasil conhece minha vida. Não teria condições de andar de cabeça erguida, de olhar nos olhos da militância do PT, da minha geração de 68, dos que morreram lutando contra a ditadura, se renunciasse ao mandato. Vou lutar até o fim”*, ou ainda: *“Não fui formalmente acusado de nada. Não sou eu que estou sendo julgado, mas o que represento na história do Brasil e o*

*estou sendo julgado, mas o que represento na história do Brasil e o que representei na eleição do presidente Lula.”*

Dirceu também atacou Jefferson: *“Ele não explica o envolvimento dele em órgãos públicos. Ele não diz que se desentendeu conosco porque queria capturar vários órgãos públicos e nós não permitimos”*. E acrescentou depois: *“Quem responde a processo por corrupção em empresa estatal é ele, não eu”*. (JB, 3 de agosto de 2003, p.A3).

Uma semana depois desse embate com Dirceu, Roberto Jefferson mudou a estratégia. Oficializado fora da equipe do governo Lula, trocou o fogo amigo pelo fogo inimigo e desistiu de proteger até face de Lula e partiu para o ataque, conforme mostra a reportagem **“Lula é preguiçoso, diz Jefferson em debate”**. Num evento promovido pela Associação Comercial de São Paulo, o então deputado trocou a defesa de Lula pela dúvida e falou pela primeira vez em *impeachment*. Depois, resumiu assim para a imprensa o que havia dito no evento:

*“Ladrão, não vou dizer. Mas não voto nele porque é preguiçoso e deu o governo para o Dirceu. Ele não gosta de trabalhar. Ele delegou o governo ao Zé Dirceu. Infelizmente, o negócio dele é passear de avião. Tudo isso que estamos vendo é falta de escrúpulos do Dirceu”*.

Alguns meses depois, já deputado cassado, Roberto Jefferson deu uma entrevista do *Jornal do Brasil* na qual afirmou nunca ter acreditado na inocência de Lula. Disse que não acusá-lo foi uma estratégia de sobrevivência. **“Não envolvi Lula por estratégia”**, é o título de entrevista publicada na página A3 do JB de 18 de dezembro de 2005.

*“Sempre entendi que o Lula sabia, eu só não tinha como provar. Já era difícil confirmar minha versão sem colocar o Lula na história. Se eu o colocasse, então, nunca conseguiria afirmá-la. Foi uma estratégia. Atingi em volta, naquele núcleo duro do governo e preservei o Lula. Bati duro no Zé Dirceu, no Gushiken, no Antonio Palocci (ministro da Fazenda), mas aí foi uma correria em cima de mim. Vários empresários do Rio e de São Paulo vieram me pedir par não desestabilizar a economia. Aí não peguei nele”*.

Num outro trecho, o ex-deputado cita mais argumentos para comprovar sua nova teoria, de que o presidente sabia do escândalo do mensalão:

*“Os três ministros do núcleo duro dele sabiam, montaram o mensalão, alugaram a base parlamentar. Você acha que o presidente não sabia? Os três mosqueteiros do rei sabiam e o rei não sabia? Eles agiam em causa própria, sem que o Lula soubesse? É claro que o Lula sabia. A inteligência foi feita pelos três ministros do núcleo duro e o Lula aprovou. Eu*

*só não podia provar. Se não acusando o Lula já fui cassado, imagina se acuso. Fui ao meu limite ”.*

A fala de Jefferson nessa entrevista parece fazer mais sentido do que as primeiras entrevistas em que defendeu a face de Lula, afirmando com eloquência que o presidente não sabia da ocorrência do mensalão. Na verdade, os argumentos são mais lógicos e por toda a situação descrita seria muito mais óbvio que o presidente soubesse. O que deixou a Lula o benefício da dúvida foi exatamente a veemência, a certeza com que Roberto Jefferson, a grande fonte de todas as informações, garantia que ele não sabia, sempre com aquele seu tom de suspense teatral, usando magistralmente a estratégia da ambigüidade para dar a entender que ele tinha sérias razões para garantir a inocência de Lula, e não as revelava por algum motivo e poderia vir a fazê-lo depois.

Quando Jefferson muda de atitude e resolve acusar o presidente suas afirmações já não têm mais o mesmo peso. Primeiro, porque se ele fala a verdade agora é porque mentira antes ou vice-versa, ou seja, ao mudar sua versão dos fatos, Jefferson se desqualifica como fonte de informação. Segundo, porque ele já não é mais o poderoso presidente do PTB, aliado desgostoso do governo, homem-bomba que poderia explodir a República. Ele é simplesmente um deputado cassado, acusado de corrupção e sem mais poder de fogo. Já deu várias entrevistas, repetiu-se, perdeu o caráter de exclusividade que a imprensa tanto venera. Já gastou toda sua munição e os efeitos já estão dados. E terceiro, porque ele já não está mais falando para câmeras de televisão, sendo transmitido ao vivo para todo o país e reproduzido no *Jornal Nacional*, nos principais telejornais do país e também nas outras mídias. Está falando apenas ao *Jornal do Brasil*, veículo de menor repercussão e circulação relativamente baixa. Prova disso é que foi o *JB* que primeiro denunciou a existência do mensalão, em setembro de 2004, mas a reportagem não teve grande repercussão e o assunto foi esquecido e só retomado em junho do ano seguinte, com a entrevista de Jefferson à *Folha de São Paulo*.

Além de tudo isso, Jefferson revela nessa mesma entrevista que ficou profundamente magoado com o governo Lula, o que dá margem à idéia de que se arrependera de ter protegido a face presidente. Talvez porque acreditasse que agindo assim poderia ser protegido pelo governo e escapar da cassação, como vários outros deputados envolvidos no escândalo, mas isso não aconteceu. Disse ainda o ex-deputado na mesma entrevista:

*“Fui traído pelo Lula naquele negócio do Maurício Marinho nos Correios. Eu estava incomodando o governo, porque ia aos ministros, denunciava o mensalão. Fui várias vezes, dizer: “Está havendo o mensalão”. Fiz isso várias vezes. Aí surge aquela história do Maurício Marinho recebendo R\$ 3 mil numa plantação que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) fez para tentar colocar um crime na minha vida e na do PTB”.*

## 6.7 – Dama-de-ferro e chumbo

*Pelo amor de Deus. Não dá. Conta para os russos*

### **Dilma Roussef**

Dilma Roussef entrou no governo Lula pelo Ministério das Minas e Energia. “*Você vai comigo para Brasília. Não quero ter apagão*”, disse o presidente Lula ao convidá-la para o cargo, segundo reportagem de *O Globo*, de 19 de janeiro de 2003. A ministra vinha da Secretaria de Energia do Rio Grande do Sul, um dos poucos estados brasileiros que não sofreram racionamento de energia no governo anterior. Não era essa, contudo, sua maior bagagem. Ex-guerrilheira da luta contra a ditadura militar, Dilma é dona de um passado honroso. Presa pelo regime em 1970, foi torturada durante 22 dias seguidos “*física, psíquica e moralmente*”, para usar relato da própria ministra em depoimento ao grupo Tortura Nunca Mais.

Foi com esse patrimônio político e fama de competente, firme, enérgica e segura que ela desembarcou em Brasília. Filha de pai búlgaro, origem do sobrenome difícil, mineira de nascimento, se diz “*gaúcha de propósito*”. Costumava ser chamada de “Dama de Ferro” ou “Dilmão”, em referência à sua firmeza. Tudo isso ainda antes de ser empossada no Ministério da Casa Civil, como substituta do até então todo-poderoso José Dirceu.

Foi do ministério da Casa Civil e com o poder que dele emana que Dilma Roussef lançou sua artilharia contra colegas de governo. Mirou na equipe econômica, com a autoridade de quem entende do assunto: ela tem doutorado em Economia Monetária. E protagonizou o maior episódio de fogo amigo registrado no governo Lula entre janeiro de 2003 a abril de 2006, período coberto por este trabalho.

A primeira crítica pública feita pela ministra introduziu um elemento novo no fogo amigo que já vinha marcando o governo Lula: ela também não cita nomes de pessoas, mas refere a um projeto desenvolvido por um ministro específico. E diferentemente do que vinha ocorrendo nos outros casos, não apenas discorda da idéia, mas a qualifica, ou melhor, desqualifica. São atos de ameaça mais direcionados a faces específicas, são mais incisivos e ganham peso ainda maior em função do novo status da ministra no governo, ou seja, aquele P de poder, da fórmula de Brown e Levinson (1985) está intensificado.



54 ECONOMIA  
Quarta-feira, 9 de novembro de 2005 - Última edição: 19h30

# ENTREVISTA

## Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil

**ESFORÇO:** Para a dívida pública não crescer, é preciso ter uma política de juros consistente, porque senão você estuga pelo.

**GASTOS:** Nós vamos gastar nos projetos fundamentais que estão em andamento, ninguém vai inventar projeto.

**EFICIÊNCIA:** A tese de que há um bando de ministros incapazes e inábeis e um ponto focal eficiente no governo é uma tolice.

# 'Plano de ajuste de longo prazo é rudimentar e não está em debate'

Dilma diz que estabilidade fiscal não se garante com planilhas, sem 'combinar com os russos'

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmou ontem que o plano de ajuste fiscal de longo prazo proposto pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, é "rudimentar", não está sendo discutido no governo e o presidente Lula é desobediente. "Não debatei e não discutirei propostas de longo prazo com o ministro da Casa Civil", disse Dilma, em entrevista exclusiva ao Estado. A ministra afirmou que um plano de estabilidade fiscal de 30 anos não pode ser feito ao longo de "pré-ciosas" reuniões semanais. "É um trabalho de longo prazo, de longo prazo, e não se faz em reuniões semanais", disse Dilma, respondendo a perguntas feitas por Mônica Guedes da Folha de São Paulo. Ela também afirmou que não se discute com o ministro da Casa Civil, Paulo Bernardo, sobre o plano de ajuste fiscal de longo prazo. "Não se discute com o ministro da Casa Civil", disse Dilma, respondendo a perguntas feitas por Mônica Guedes da Folha de São Paulo. Ela também afirmou que não se discute com o ministro da Casa Civil, Paulo Bernardo, sobre o plano de ajuste fiscal de longo prazo.



**MINISTRO** - "Acho que não vamos encerrar o ano com um superávit primário maior que 4,25%, senão temos muita despesa obrigatória", diz Dilma

**A meta de superávit primário de 4,25% (do PIB), não é superior nem inferior?**

Então não tem jeito e eu comento que isso não é uma opção. "Essa meta não é superior nem inferior", disse Dilma. A seguir, ela pediu para ler a entrevista.

para não crescer pensando em planilha. Fazer um exercício de longo prazo não é fazer uma planilha. Então não tem jeito e eu comento que isso não é uma opção. "Essa meta não é superior nem inferior", disse Dilma. A seguir, ela pediu para ler a entrevista.

previsão de aumento de custos, mesmo nos projetos existentes e nos projetos em andamento. Então não tem jeito e eu comento que isso não é uma opção. "Essa meta não é superior nem inferior", disse Dilma. A seguir, ela pediu para ler a entrevista.

seria de ser possível para gente. Então, o que eu quero, tem que ser um plano de longo prazo, não um plano de curto prazo. Então não tem jeito e eu comento que isso não é uma opção. "Essa meta não é superior nem inferior", disse Dilma. A seguir, ela pediu para ler a entrevista.

de não aumentar o déficit primário. Então não tem jeito e eu comento que isso não é uma opção. "Essa meta não é superior nem inferior", disse Dilma. A seguir, ela pediu para ler a entrevista.

então não tem jeito e eu comento que isso não é uma opção. "Essa meta não é superior nem inferior", disse Dilma. A seguir, ela pediu para ler a entrevista.

**Há divergências no governo e dentro do gabinete?**  
É complicado dizer isso. A divergência não é o objetivo da Casa Civil, mas é o objetivo da Casa Civil. Então não tem jeito e eu comento que isso não é uma opção. "Essa meta não é superior nem inferior", disse Dilma. A seguir, ela pediu para ler a entrevista.

*“A ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, afirmou ontem que o plano de ajuste fiscal de longo prazo proposto pelo ministro do Planejamento Paulo Bernardo, é ‘rudimentar’, não está sendo discutido pelo governo e o presidente Lula o desconhece. ‘Esse debate é absolutamente desqualificado, não há autorização no governo pra que ele ocorra’.*

O texto foi extraído da matéria **“Plano de ajuste de longo prazo é rudimentar e não está em debate”**, manchete da edição de 9 de novembro de 2005, do jornal *Estado de São Paulo*. Era uma referência ao plano de rígido controle de gastos públicos para os cinco anos seguintes e aumento do superávit primário<sup>5</sup> que vinha sendo discutido nas últimas semanas pelos ministros Paulo Bernardo e Antonio Palocci.

Na entrevista, a ministra pôs em xeque a face de competente de Bernardo, Palocci e suas equipes ao afirmar que um plano de estabilidade de longo prazo não pode ser feito só com base em *“planilhas e modelos econômicos”*. *“Fazer um exercício dentro do meu gabinete e achar que ele será compatível com o nosso país não é consistente. Quando você fala em dez anos, tem que combinar com os russos, que são os 180 milhões de pessoas que vivem no Brasil”*, disse repetindo a frase cunhada pelo jogador Garrincha na Copa de 1958. E continuou *“Por isso eu digo, que esse não é um exercício macroeconômico. Nunca vi fazerem isso em lugar nenhum do mundo.”*

O aumento da intensidade da crítica da ministra fica claro quando ela chega a ironizar o projeto de estabilidade e se referir de forma simplória ao trabalho dos amigos. E usa elementos de intensificação, expressões que marcam sua emoção em relação ao que é falado como *Pelo amor de Deus* ou que chegam ao deboche, desprezo: *Não dá. “Um programa de dez anos que se baseia simplesmente na DRU (Desvinculação de Receitas de União) e na proposta daquilo ou daquilo outro. Pelo amor de Deus. Não dá. Conta para os russos”*.

Dilma Roussef também fez críticas, ainda que menos diretas, à política de juros altos do país, dando margem à interpretação de que a equipe econômica estava enxugando gelo e jogando o país num atoleiro. É indiscutivelmente um nível de ameaça à face que não cabe numa equipe como conceituada por Goffman (1985) e não era para ser feita publicamente. *“Para crescer é necessário reduzir a dívida pública. Para a dívida pública não crescer, é preciso ter uma política de juros consistente, porque senão você enxuga gelo. Faço o superávit primário de um lado e aumento o estoque e o fluxo da dívida de outro.”*

---

<sup>5</sup> Sobre superávit primário, ver nota na página 10 .

Para reforçar sua posição crítica em relação à política de juros, num outro trecho, Dilma voltara a usar expressões de aumentam a intensidade e diz o país foi colocado num atoleiro:

*“Eu acho que, inexoravelmente, nós temos que considerar quanto da política de juros nos últimos tempos poderia ser menor. Estou de acordo com o superávit primário, mas acho que além da meta de superávit primário, um país deste tamanho precisa reduzir juros se quiser sair do atoleiro”.*

As críticas da ministra provocaram mal-estar na equipe econômica, e, sobretudo, deixaram irritados os ministros Palocci e Bernardo, como revelam os jornais de 10 de novembro de 2005, dia seguinte à publicação da entrevista. **“Crítica de Dilma reforça fogo amigo”**, diz o alto da página B4 do *Estado de São Paulo*. O texto dá ênfase à briga interna que vem marcando o governo, conforme o trecho que se segue:

*“As opiniões da ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, contrárias ao ajuste fiscal de longo prazo, causaram mal-estar no governo e acentuaram a queda-de-braço entre os dois grupos, que têm visões diferentes sobre a condução da política econômica.”*

Para tentar não pôr mais lenha no fogo amigo, os dois ministros evitaram dar declarações, e mandaram seus recados via terceiros. Não fazer o ato de ameaça à face é uma estratégia de proteção definida por Brown e Levinson (1987) que ganha uma variação no meio político, com o fazer indiretamente, via terceiros, por porta-vozes não oficiais. Não falam, mandam falar, mas sem assumir a autoria. De acordo com reportagem do *Estadão*, interlocutores de Paulo Bernardo consideram “deselegante” a forma como a ministra se referiu ao trabalho dos colegas. Num outro trecho a reportagem detalha a reação do ministro da Fazenda:

*“Em conversas reservadas, o ministro (Palocci) afirmou que vem sendo alvo não apenas da oposição e do Ministério Público como de ‘fogo amigo’ no Planalto. Sente-se fragilizado.... Avalia que no governo o contraponto à política econômica não deveria se tornar público”.*

Lançada a bomba, a ministra usa estratégias para tentar amenizar seu efeito, conforme informa o jornal: *“Na tentativa de pôr panos quentes no debate, Dilma telefonou para Palocci e para Bernardo. Disse que não teve a intenção de ser rude na entrevista, mas apenas fazer um contraponto, já que na sua opinião, seu papel é exatamente esse”.*

O jornal *O Globo* do mesmo dia 10 de novembro também destaca na página 10 a reação à entrevista, na reportagem **“Dilma abre guerra contra a política fiscal. Palocci não reage à crítica, mas Paulo Bernardo enfrenta ministra. Disputa é intensa”**. O texto informa que Palocci preferiu o silêncio, mas que deputados petis-

tas contaram que Paulo Bernardo ficou “irritado” e cobrou satisfações da ministra. O texto também registra que Dilma telefonou para Bernardo numa tentativa de pôr panos quentes na situação, tentando fazer no particular uma reparação à ameaça à face que fizera em público. De acordo com a reportagem, “*as declarações da ministra foram consideradas graves, porque desautorizaram os ministros. Foi lembrado que o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu discordava da política econômica, mas nunca enfrentou a equipe tão frontalmente*”.

E por que o fogo amigo de Dilma foi mais intenso, seu ato de ameaça à face mais direto? Entram na conta o perfil da ministra, um momento em que o governo que já estava mais calejado para conviver com críticas e o mais importante: a informação extra-oficial que a ministra agia com apoio ou por ordem do presidente Lula, ele próprio interessado em relaxar um pouco a rigidez da economia para evitar que o baixo crescimento do país prejudicasse sua reeleição no ano seguinte:

*“Palocci sabe que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer reduzir o superávit primário e identificou nas palavras de Dilma um movimento de bastidores para pressionar a equipe econômica a liberar recursos e mudar de rota”, diz a matéria do Estado de São Paulo.*

*“No Congresso e na Esplanada dos Ministérios correu ontem a informação extra-oficial de que o presidente Lula estaria apoiando a posição de Dilma, mas não faria uma declaração oficial para não fragilizar Palocci, alvo de investigações das CPIs”, publica O Globo.*

O jornal *Valor Econômico*, também do dia 10 de novembro, apresenta os resultados da entrevista de forma mais contundente: “**Conflito com Dilma recrudesce ameaça de Palocci de deixar o governo**”, informa matéria da página B-8. Diz um trecho do texto:

*“O efeito da entrevista sobre Palocci foi ‘devastador’ segundo um parlamentar próximo ao ministro. No Palácio do Planalto, assessores de Lula chegaram afirmar ontem que só haveria duas alternativas para solucionar o embaraço criado por Dilma: a demissão da ministra ou a divulgação de uma nota oficial com um pedido de desculpas. Nem uma coisa nem outra foram consideradas ontem”.*

O telefonema da ministra a Paulo Bernardo não chegou a ser um pedido de desculpas. “*Nós ficamos de sentar e conversar*”, comentou o ministro sobre o telefonema. Nesse episódio, as estratégias de indiretividade são usadas para uma disputa de queda de braço. Se o lado da ministra e talvez o próprio presidente vazam a informação de que Lula apoiaria a versão de Dilma, como publicado no *Globo*, a turma de Palocci dá o troco com uma ameaça de demissão do ministro, como mostrou a reportagem do *Valor*. Por mais que interessasse ao presidente Lula um relaxamento da política econômica, tendo em vistas sua reeleição, a ameaça de demissão do ministro significaria passar de fogo amigo a fogo no circo. Guardiã da política econômica

austera que colocou nos eixos os principais indicadores da economia, o ministro foi o principal responsável pelo inesperado clima de lua-de-mel entre o governo Lula e o mercado financeiro, pelo despejo de dólares estrangeiros no país e queda do risco-país (indicador que mede a credibilidade do governo, sobretudo diante de credores e investidores estrangeiros) a pisos históricos. Só os rumores sobre a possível saída do ministro naquele momento já provocou uma reação negativa no mercado financeiro, com queda da Bolsa e alta do dólar.

O ataque de Dilma Roussef se tornou ainda mais grave por ter sido disparado exatamente no momento em que o ministro da Fazenda era atingido também por acusações de ex-assessores, como Rogério Burati e Vladimir Poletto, de que teria havido corrupção no seu mandato de prefeito de Ribeirão Preto. A mais grave delas era de cobrar “mensalinho” de R\$ 50 mil dos fornecedores da prefeitura para repassar ao Partido dos Trabalhadores. Nas variáveis que definem o grau de ameaça de um ato, a posição da ministra fica mais forte ainda em função do momento de fragilidade em que oponente se encontrava.

Não por outra razão, no dia seguinte à publicação da entrevista de Dilma Roussef, o presidente Lula convocou uma reunião para pedir o fim da discussão pública entre os ministros. Foi uma resposta a um pedido de Palocci, que foi reclamar com o presidente dos ataques da ministra, com a velada ameaça de pedir demissão, que acabou publicada nos jornais e repercutiu mal no mercado financeiro. “*Não sei se estou mais ajudando o país*”, disse Palocci a Lula. O pedido de trégua do presidente foi manchete dos principais jornais do país. “**Lula pede fim da crise Dilma-Palocci**”, mancheteu a *Folha de São Paulo* de 11 de novembro de 2005. Na matéria da página 4, intitulada “**Lula adverte Dilma e Palocci e endossa ministro do cargo**”, o presidente da República afirma: *Não se discute economia pelos jornais. Não quero trombada pelos jornais. O governo nessa hora (de crise política) tem que ter uma posição de unidade*”.

A fala de Lula remete à noção de equipe (Goffman, 1985). O presidente chama a atenção para a questão da interação do grupo e da representação pública ao valorizar o que é publicado pelos jornais. E pede que seus ministros cumpram uma regra essencial na equipe, a unidade.

DE ALCOOL CRESCEU 154% NO BRASIL EM 40 ANOS • PÁGINA 12

# O GLOBO

80 ANOS

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2005 • ANO LXXX • Nº 26.412 • WWW.OGLOBO.COM.BR

ROBERTO MARINHO (1904-2003)

## Palocci e Dilma acertam trégua cobrada por Lula

Ministros combinam esforço para reduzir superávit, hoje de 5,9% do PIB



• Os ministros Antonio Palocci (Fazenda) e Dilma Rousseff (Casa Civil) avisaram ontem ao presidente Lula que, em encontro antecedente na casa dela, acertaram uma trégua em que se comprometem a não mais expor publicamente divergências sobre a política econômica. O cessar-fogo fura ordenado por Lula. Eles combinaram um esforço conjunto para o governo gastar o que prevê o Orçamento até o fim do ano, reduzindo o superávit primário, até agora em 5,9% do PIB. No encontro foi discutida a proposta de criação da Super-Receita, reapresentada ontem ao Congresso na forma de projeto de lei.

Páginas 3 e 4, Tereza Cruvinel e Míriam Leitão

### Enquanto isso, na Argentina...

• O presidente da Argentina, Néstor Kirchner, demitiu o ministro da Economia, Roberto Lavagna, nomeando pela primeira vez para o posto uma mulher: Felisa Miceli, que preside o Banco de La Nación. Outra mulher, Nilda Garré, assumiu a Defesa. Página 27

## FGV: queda da desigualdade reduziu miséria

• Levantamento da Fundação Getúlio Vargas com base em dados do IBGE mostra que a queda da desigualdade e a melhoria do trabalho tiraram mais de 3 milhões de brasileiros da miséria em 2004. A parcela da população que não ganha o suficiente para se alimentar caiu de 27,26% para 25,08%. Páginas 21 e 22

Embora o alvo da repreensão fosse diretamente a ministra, o recado foi mandado aos dois e aos ministros em geral. Diz a reportagem da *Folha*:

*“Segundo um membro da cúpula do governo, o presidente acha que Palocci é mais hábil do que Dilma e faz chegar a imprensa versões desfavoráveis à ministra da Casa Civil. Lula queria deixar claro a ela que não aprovava seus ataques, mas que também sabia que o ministro da Fazenda se defendia de seus adversários no governo pela imprensa”.*

Num outro trecho, a matéria explica citando fontes indiretas, a avaliação de Lula sobre o embate entre seus dois principais colaboradores:

*“Lula e seus auxiliares avaliam que Dilma não tem o traquejo político de Palocci e exagera nos debates. Ela, por exemplo, adota tom duro com colegas de ministério. Lula acha que é seu estilo – até gosta. Não deseja, porém, que as críticas da ministra venham a público. Acho que isso, indiretamente, mina sua autoridade, pois passa a imagem de guerra interna sem controle”.*

As observações de Lula chamam atenção para as diferenças individuais entre seus dois ministros. Dilma formada na guerrilha, no confronto, parte para a guerra, para o ataque direto, expõe a face alheia e a própria. Não teme ferir nem ser ferida. Palocci é mais político, tem maior domínio da retórica da polidez, não perde o controle, não se expõe tanto. Recebe as críticas com semblante tranqüilo, não acusa o golpe, finge não ter sido atingido. Protege a própria face, não se arrisca num fogo amigo que pode acabar queimando a si próprio, não quer ficar *shamefaced*. Não faz a ameaça, não fala; manda que falem. Não faz On recorde, prefere o Off.

A afirmação do presidente Lula revela ainda uma preocupação com a própria face: apesar de gostar das críticas da ministra, não quer que elas venham a público porque acha que isso mina sua autoridade.

Na noite anterior à reunião com o presidente, Dilma havia reacendido a fogueira do fogo amigo. Dessa vez não foi numa entrevista à imprensa, mas durante um jantar com o PMDB, cujo teor – ela sabia – ia parar nas páginas dos jornais. Na *Folha de São Paulo* de 11 de novembro de 2005, o relato ganhou o título *“Em jantar com PMDB, Dilma ‘queima’ rival”*. Segundo a matéria, Dilma disse que Palocci *“só pensa em superávit primário”* e não tem *“criatividade e abertura”* para discutir outra política econômica. A mesma reportagem informa que a ministra afirmou ter pensado que na pasta da Casa Civil poderia discutir com Palocci a condução da economia, o que não acontece porque ele *“só fica com a avaliação do corpo técnico, fechado com sua igreja”*. Novamente, a metáfora, a ironia da ministra aumentando a intensidade da crítica, ao referir ao corpo técnico como *“igreja”*. O estilo ou a pouca habilidade da ministra no trato com as faces alheias fica claro quando ela faz atos públicos de ameaças até à face do seu chefe, o presidente da República. Diz o texto da *Folha*:

*“Disse ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria se espelhar no antecessor Fernando Henrique Cardoso para se relacionar com o Congresso. ‘O presidente deveria falar mais com os deputados, senadores. Ligar no aniversário, ser mais aberto. Fazer o que o presidente Fernando Henrique fazia’, disse a ministra, segundo relato de participantes do jantar.”*

No *Estado de São Paulo* do dia 11 de novembro de 2004, a briga dos ministros veio na manchete **“Lula comanda operação para segurar Palocci”** e na matéria principal da página A-4: **“Lula ordena o fim do fogo amigo para segurar Palocci no cargo”**. O texto também retrata a ameaça do ministro de deixar o cargo, em função da pressão do Congresso nas investigações na CPI e das críticas internas que vem sofrendo. O presidente, diz o texto, agiu para evitar a demissão do ministro: *“Na tentativa de conter o fogo amigo para baixar a temperatura da crise, Lula também pediu à ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, que não faça mais críticas públicas ao ajuste fiscal de longo prazo e ao aumento do superávit primário”*.

Seguindo a operação do governo para salvar a face de Palocci, tanto no sentido literal quanto naquele preconizado por Goffman (1985) e Brown e Levinson (1987) o *Estado* também informa que Dilma pediu desculpas e explicou que atribuiu sua crítica a uma falha de expressão. Diz a reportagem do *Estado*: *“Sucessora de José Dirceu na Casa Civil, Dilma desculpou-se com Palocci e Bernardo, alegando que se expressou mal. Conhecida como dama-de-ferro, ela afirmou que quando falou em rudimentar quis dizer incipiente”*.

É fato que o advento do gravador impediu a ministra de negar qualquer palavra do que disse, caso fosse essa sua intenção. A estratégia de reparação adotada, então, foi outra, reenquadrar o que já tinha dito antes e causou problemas, tentar mudar o que tinha dito, trocando a palavra rudimentar, que é carregada de críticas, por incipiente, que é mais neutra, tem menos relação com a qualidade do projeto e sim com o estágio de andamento. É também notório que atribuir o fogo amigo a um erro, a uma confusão entre os significados das palavras rudimentar e incipiente, remete aos “erros do meu português ruim” eternizados na canção de Roberto Carlos, que não combinam muito com o perfil da ministra doutora. E levanta outra questão: até que ponto a ministra quis ser convincente em sua estratégia de reparar a face de Palocci ou intencionalmente usou uma chamada “desculpa esfarrapada”, porque o trabalho de face por ela realizado objetivava exatamente não convencer, apenas ser protocolar, e deixar dúvidas sobre quanto à negativa daquilo que dissera antes. Ela usa uma estratégia de reparação, mas deixa dúvidas sobre a sinceridade de suas intenções. Uma outra reportagem da página A5 do *Estado de São Paulo* trata da conversa de Dilma com Paulo Bernardo: *“Em encontro rápido com o ministro, Dilma revelou que está*



*‘sentida com tudo isto’*. Ao que o ministro do Planejamento respondeu: *“Achei ruim mesmo... Precisamos conversar”*.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, ele próprio crítico da política da econômica e autor de algumas alfinetadas públicas à atuação de Palocci também entrou em cena para tentar apagar o fogo. Disse Mercadante:

*“Não há nenhum tipo de briga. Há um diálogo e uma disputa sobre as concepções, como ocorre em todos os governos. Mas há situações nesse debate que ganha conotação inoportuna, como agora, em que Palocci sofre ataque frontal. O momento é muito delicado”*.

Ante a preocupação do governo em conter boatos sobre mudanças na condução de economia, Mercadante ainda emendou: *“O governo não vai enveredar pelo caminho da gastança populista”*.

Mesmo comportamento teve o presidente do PT, Ricardo Berzoini, outro crítico da política econômica, que sai em defesa de Palocci, conforme informa a página 3 de *O Globo* de 11 de novembro de 2005:

*“Berzoini também defendeu Palocci, mas negou crise interna. Ele assegurou estar fora de cogitação uma eventual saída de Palocci, mas elogiou Dilma.*

*- A oposição perdeu a serenidade por causa das eleições. O Palocci tem credibilidade suficiente, não precisa de blindagem. A Dilma deu uma entrevista equilibrada. Está certa: temos que executar o Orçamento.”*

A fala de Berzoini é marcada pela contradição. Ele sempre foi crítico de Palocci, mas agora o defende. E também defende a ministra, diz que sua entrevista foi equilibrada e que não há crise interna. Ele rompe com a máxima da qualidade, diz algo que certamente não acredita ser verdadeiro. Defende os dois oponentes ao mesmo tempo e age como se isso não fosse contraditório, porque diz que a adversidade entre eles nem existe.

Na edição do *O Globo* uma notícia de interesse do Estado do Rio de Janeiro, a decisão do TRE de livrar da inelegibilidade a governadora Rosinha e Anthony Garotinho, tirou a crise federal da manchete. Mas a notícia **“Lula cobra fim da briga Dilma-Palocci”** teve o status de segunda mais importante da edição, além de ocupar toda a página 3 (espaço mais nobre da editoria de política nos grandes jornais) com o título: **“Lula manda Dilma e Palocci ‘baixarem a bola’**, e as duas páginas seguintes. De acordo com matéria Lula determinou aos ministros: *“Baixem a bola”*. O texto do *Globo* também apresenta uma tentativa de amenização da ministra, conforme o trecho que se segue:

*“Diante da repercussão de suas declarações sobre política econômica de longo prazo, Dilma que já tinha procurado Palocci e Bernardo, disse que não teve a intenção de ofender ninguém e que considerava ter usado termos respeitosos. Mas não mudou sua posição crítica em relação ao rigor do ajuste fiscal, embora reconhecendo que a repercussão muito grande fora infeliz”*.

Agindo exatamente no sentido contrário ao de Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente José Alencar foi à imprensa apoiar Dilma e voltar sua carga contra Palocci, no mesmo dia em que Dilma tentava apagar o incêndio. Na reportagem “**Alencar apóia crítica de Dilma à Fazenda**”, publicada na página A-5 do *Estado de São Paulo* de 11 de novembro de 2005, o vice-presidente afirma:

*“Por minha experiência de vida, dou razão à ministra Dilma Roussef, porque tenho dito que o regime de juros no Brasil, especialmente no que diz respeito à taxa básica, à taxa Selic, do ponto de vista real, é a mais alta do mundo, é 10 vezes a taxa média de 40 países”.*

Ao citar sua experiência pessoal de vida para apoiar a opinião, Alencar usa uma estratégia de polidez negativa: o hedge para amenizar ou pessoalizar sua opinião. Ao mesmo tempo, faz um ataque direto e explícito a Palocci: “*O ministro Palocci está errado e tem de mudar de idéia. Esta política entrava o nosso desenvolvimento e está matando nossa economia*”.

Apesar da crítica mais direta, citando inclusive nominalmente o ministro da Fazenda, Alencar também disse que “*não há desentendimento*” entre os ministros do governo Lula. Depois de atacar, Alencar usa a estratégia da negação, a dissimulação, finge que o ataque nem existiu: “*Vocês podem estar certos: não há nenhum desentendimento entre a ministra da Casa Civil e os ministros da Fazenda e do Planejamento*”, diz na reportagem da página A-5 da edição de 11 de novembro da *Folha de São Paulo*.

Na reportagem, José Alencar, tenta explicar o que acontece com a equipe do governo Lula e atribui o que é um problema a uma qualidade do governo, que dá espaço para que todos tenham opinião: “*o que há é que este é um governo democrático e o presidente Lula faz questão absoluta de que todos nós, ministros, tenhamos o direito de expressar o que pensamos sobre qualquer assunto*”.

Para usar uma expressão de Dilma Roussef na polêmica entrevista, Alencar esqueceu de combinar com os russos, isto é, com o presidente Lula, visto que nesse mesmo dia, na manchete e página anterior da mesma edição, o presidente determinava o fim das divergências entre os seus ministros. Quando questionado sobre a necessidade de que Palocci saísse do governo, Alencar até tentou amenizar e usou estratégias para salvar a face do ministro, embora continuasse a bater no trabalho do colega. Usou estratégias de polidez positiva, fez elogios ao ministro para logo a seguir ameaçar a face negativa, impondo a necessidade de que ele mude seu modo de pensar. É uma estratégia clássica para reduzir o impacto do ato de ameaça. Afirmou Alencar sobre Palocci:

*“Ele pode mudar de idéia porque tem qualidades excepcionais, porque é um homem de bem. Não é a saída de Palocci. Nós temos que convencer o Palocci de que os outros paí-*

*ses todos estão certos e ele está errado. Se ele estivesse certo, seria o mesmo que considerar que o Brasil, entre 40 países do mundo, é o único certo”.*

Os ataques do vice continuaram e ele chegou a dizer que todo o discurso oficial do governo do qual faz parte não corresponde à realidade. Foi na seguinte afirmação: *“Falamos, por exemplo, que temos responsabilidade fiscal. Não é verdade. Na prática estamos sendo irresponsáveis do ponto de vista fiscal porque o orçamento é altamente deficitário, apesar do elevado patamar do superávit primário”.*

Na página 8 da edição do *O Globo*, também de 11 de novembro, uma das três dedicadas à crise, o destaque é a entrevista do ministro do Planejamento. **“Paulo Bernardo: ‘Governo prejudica o governo’**, é o título da matéria principal. O ministro, que acabou transformado em alvo de uma artilharia que, na verdade, era direcionada ao ministro da Fazenda, comentou a guerra interna da equipe do presidente Lula.

*“O governo está debaixo de um fogo cruzado. A oposição está batendo no Palocci com o evidente objetivo de enfraquecê-lo. O nosso pessoal não percebe isso e, em vez de atirar para o lado de lá (contra a oposição) atira para o lado de cá. É o governo prejudicando o governo”.*

A fala de Bernardo questiona o comportamento do grupo governo enquanto equipe e chama atenção para mal que o fogo amigo faz ao próprio governo. E para não perpetuar o erro que criticara no grupo, o ministro, mais calmo do que no dia da publicação da entrevista de Dilma, ele é mais diplomático do que a ministra e tenta amenizar o ataque sofrido, tentando fazer parecer que a ofensa não fora tão grave quanto realmente foi, usando a receita prescrita por Goffman (1967).

*“A Dilma talvez não tivesse esse objetivo (de o atacar). Ela foi infeliz. Ela me disse que ficou chateada e que não era o que ela esperava da matéria. Ela usou as palavras de maneira enfática. Não vejo maldade nas declarações dela. Acho que ela não teve a intenção de bater. Para mim foram palavras mal colocadas. Agora é lógico que isso sempre atrapa-lha”.*

### 6.7.1 - Palocci, o polido

A resposta de Palocci aos ataques da ministra Dilma Roussef só vieram quase uma semana depois, quando o ministro foi prestar esclarecimentos na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. E foram parar na manchete de *O Globo* de 17 de novembro de 2005: **Palocci diz que Dillma está errada e critica investigações**”

Na primeira intervenção de um parlamentar depois da apresentação, o ministro afirmou:

*“Estou muito confortável porque o projeto foi reafirmado pelo presidente Lula. Não há sinais do presidente de que a política econômica vai mudar. A ministra Dilma fez uma divergência política, não pessoal. Não me considero agredido, tenho amizade e companheirismo, mas penso diferente dela na questão do equilíbrio fiscal. Mas essa é uma questão afeta à área econômica e assim será feito”.*

Como não havia falado diretamente sobre o ataque de Dilma, Palocci estava livre para comentar e dar ao episódio a dimensão de que lhe fosse mais conveniente e diz que não se sentiu agredido, usa a estratégia da negação do ato de ameaça à face. Ele reenquadra o ato de ameaça da ministra. O efeito da elocução é o que determina a intenção da elocução. Se o Palocci não se sente ofendido, não houve ofensa. E ele diz que não houve ataque e a recepção dá o aval da intenção .

*“Não me sinto agredido”.* E de forma bastante indireta também atacou a ministra, dizendo que a questão econômica é decidida por ele, dando a entender pensam diferentes, porém a opinião dela não tem valor: *“Essa é uma questão afeta à área econômica e assim será feito”.*

Esta sim a grande resposta de Palocci à Dilma, mas realizada com tal estratégia de proteção à face, tamanha polidez que não foi parar nas manchetes e não deu margem para ser acusado de deselegante, agressivo ou qualquer outra coisa, embora a implicatura de sua fala seja: na economia mando eu, não se meta. Mas ele não usou tais palavras. Basta imaginar o que aconteceria se, como Dilma, Palocci se expressasse mal e verbalizasse a mesma idéia, dizendo, por exemplo: nós pensamos diferente, mas o ministro sou eu, na Economia mando eu e, independentemente da opinião da ministra, as coisas continuarão sendo feitas do que jeito que eu quero. Isso não aconteceu porque Palocci tem o domínio de uma fala política, que evita conflitos, não bota mais fogo, que evita alimentar ódios, inimizades ou, pelo menos, evita assumir o risco da autoria deste ato. Pode até fazer os ataques, mas de um modo protegido, velado. Respeita a regra básica da interação, mantém a face alheia e, como isso, não expõe tanto a própria face.

O ministro também contou como foi sua conversa com Dilma depois do ataque de fogo amigo e, novamente, usou uma forma polida e indireta para criticar a atitude de Dilma de brigar com ele pelos jornais:

*“Eu disse à ministra Dilma que considerava que ela estava errada. Não faria disso um debate público”.*

Novamente o ministro mostra seu talento para polidez e, como Goffman, defende a idéia de que em público, a equipe não pode se mostrar desunida, tem que manter a representação consistente. É interessante observar as diferenças dos estilos de atos de ameaça à face. Alencar, afirma: Palocci está errado. Palocci é mais cuidadoso, não diz que ela está errada, mas sim que ele considera que ela está errada. Não diz que ela não devia ter feito um debate público, diz que ele não faria. E não deixa de mandar seu recado, sua ameaça de deixar o governo caso queiram interferir em sua autoridade na condução da economia: *“Minha força é para realizar esse projeto, não outro”.*

Palocci é muito mais polido do que Dilma, usa mais estratégias para preservar a própria face, a face alheia e a da equipe. Não assume jamais o ônus ou risco de realizar diretamente um ato de ameaça à face. Foi um dos poucos ministros deste período do governo Lula que não tomou a iniciativa de criticar nenhum colega, de atirar a primeira pedra. Ao contrário, ficou de vidraça e todas as vezes que falou foi em resposta ao fogo amigo recebido e ainda assim, usando de polidez, e estratégias defensivas e protetoras..

A polidez de Palocci, contudo, não foi suficiente para que suas críticas deixassem de irritar a ministra Dilma Roussef que estava pronta para dar o troco, quando foi impedida pela ação de integrantes do governo e base aliada e do próprio presidente Lula que, como para compensar a ministra, fez elogios públicos a ela e evitou falar de Palocci, num momento em que todos esperavam dele sinais de apoio irrestrito do ministro da Fazenda. A ação do presidente foi manchete dos jornais de 18 de novembro de 2005, edição seguinte àquela que estampou as críticas de Palocci à Dilma Roussef. **“Lula faz elogio a Dilma e evita defender Palocci”** foi a manchete do *O Globo*. Na *Folha de São Paulo*, o texto é quase o mesmo: **“Lula elogia Dilma e não cita Palocci”**, enquanto no *O Estado de São Paulo*, destacou as novas queixas de Dilma contra o ministro: **“Dilma disse a Lula que ação de Palocci pára ministérios”**.



EXEMPLAR DE  
CLASSIFICANTE  
DE VENDA PROIBIDA

Editora Abril  
edição 1.923 - ano 35 - nº 48  
30 de novembro de 2005

# veja

www.veja.com.br

## “IMPRESINDÍVEL”

Palocci se firma  
como o fiador  
da estabilidade  
econômica...

# VULNERÁVEL

...mas as  
denúncias  
ainda podem  
sufocá-lo



A reportagem da página 3 de *O Globo* informa que Dilma Roussef não gostou da crítica feita a ela por Palocci no depoimento da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O discurso de Palocci foi previamente avalizado por Lula. Diz o jornal:

*“A ministra, segundo fontes do governo, amanheceu muito irritada com as críticas de Palocci, mas antes do discurso de Lula, foi acalmada por interlocutores acionados pelo Planalto. O próprio Lula entrou em campo, antes do discurso, para tranquilizá-la e evitar um contra-ataque, o que poderia causar novo estrago no governo. A assessores a ministra mostrou mágoa. O próprio Lula conversou com ela e pediu calma:  
- Segure as pontas – disse o presidente à ministra.*

Depois, durante discurso num evento do setor de biodiesel, Lula não fez qualquer referência a Palocci e citou a ministra nada menos do que cinco vezes, sempre de forma elogiosa ao seu trabalho. Numa delas chegou a dar parabéns explicitamente.

*“Muito obrigada, boa sorte, companheira Dilma e meus parabéns”*, disse o presidente.

Depois da solenidade, quando questionado sobre Palocci pelos jornalistas, o presidente limitou-se a dizer que ele *“foi bem”* no depoimento no Senado, mas não quis afirmar que o ministro continuava a ser homem forte de seu governo. Quando perguntado a respeito, esquivou-se:

*“Toda vez que vocês criam um homem forte num dia, no outro querem derubar”*, disse Lula.

O esperado elogio de Lula a Palocci só foi feito quase uma semana depois na solenidade de assinatura de uma Medida Provisória que reduzia impostos, chamada de MP do Bem. A página 3 de *O Globo* de 22 de novembro de 2005 reproduz a seguinte afirmação de Lula:

*“Se alguém ainda quiser continuar especulando sobre economia, por favor, se dirija à Bolsa de São Paulo e deixe o governo fazer as coisas que vem fazendo. A economia vai continuar com a seriedade que veio até agora. Quero dizer que o ministro Palocci é meu ministro da Fazenda, escolhido por mim”*.

A reação de Lula não foi suficiente para acalmar o ministro, que na mesma noite em que o presidente fez o discurso, foi ao Palácio do Planalto colocar seu cargo à disposição. Segundo reportagem de *O Globo* de 23 de novembro, o ministro achou que ao dizer que a política econômica era do governo e não de Palocci, o presidente enfraqueceu o cargo e se disse cansado de ataques de todos os lados, com pouco reconhecimento. **“Palocci diz a Lula que prefere sair a ser fritado”** é a manchete do

jornal, que dedica praticamente todoo caderno de política ao ministro. De acordo com *O Globo*, Palocci disse ao presidente:

*“Estou gerenciando a economia e isso não é fácil. Estou administrando a crise do PT e do governo, e isso não é fácil. Estou na mira da oposição e administrando a crise de Ribeirão Preto, e nada disso é fácil. Então não aceito, diante de tudo isso, ser fritado publicamente. Não serei outro José Dirceu, que foi se esvaindo em sangue, perdeu o poder, o cargo e agora está prestes a perder o mandato. Ser for para ser fritado, prefiro sair e me defender. Não precisam me fritar, eu saio já”*, disse Palocci a Lula, segundo relato de amigos reproduzido pelo jornal.

A cobrança não agradou o presidente que, segundo o jornal, respondeu ao ministro em tom ríspido, mas pediu que ficasse no cargo. *“Palocci vamos parar com isso. A política econômica não vai mudar e você continua no governo”*, disse Lula.

No dia seguinte, ao participar de um evento em Goiás, Lula afirmou que Palocci estava mais firme no cargo do que nunca. No mesmo dia, Palocci depôs na Comissão de Finanças da Câmara. Entrou com ares de ministro demissionário e já na sua primeira fala lançou dúvidas ao responder sobre sua permanência no cargo:

*“Acima das pessoas, e não sou uma pessoa acima de qualquer avaliação política ou administrativa, está a política econômica. Muito mais importante do que a presença do ministro é manutenção dessa política. Acho que não devemos alterar o rumo, a rota da política econômica”*, disse.

Foi o bastante para provocar abalos no mercado financeiro e desencadeou uma verdadeira tropa de choque de defesa da política econômica e da permanência de Palocci, incluindo críticos da política, como o presidente do PT, Ricardo Berzoini, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante. O ministro falou durante 11 horas, teve desempenho excelente e saiu mais firme no cargo, novamente usando como autodefesa uma ameaça de deixar o cargo.

Durante depoimento, Palocci voltou a defender sua política e indiretamente mandou recados a seus críticos, mas evitou confronto direto com Dilma Rousseff, como mostra a matéria ***“Sobre fogo amigo, posso não responder?”***, publicada na página 9 de *O Globo* de 23 de novembro de 2005. Na reportagem o ministro fala sobre sua política econômica:

*- Eu não acho que as minhas idéias são únicas, mas acho que a atual política econômica é o melhor instrumento disponível hoje. No passado, já experimentamos idéias diferentes e erramos.... Enquanto o presidente Lula desejar que eu faça esse projeto, eu farei. Estou fortemente comprometido com esse projeto”*

Ao ser perguntando se estava sendo alvo de fogo amigo, Palocci franziu a testa e esquivou-se:



*“Sobre fogo amigo posso não responder? Não quero falar, não. Mas o presidente Lula várias vezes afirmou que não muda a política econômica. Ele é um homem responsável, não vai ameaçar a estabilidade do país por causa de votos”.*

Os deputados insistiram em perguntar sobre o confronto com a ministra Roussef e Palocci tentou amenizar: *“Tive divergências com a ministra Dilma, mas não posso acreditar que democracia se construa sem debate.”*

Ao dizer que não quer falar sobre fogo amigo, Palocci é novamente estratégico. Ele diz que não quer falar, porque não quer fazer o mesmo que faz Dilma Roussef, porque afinal — essa é a implicatura que sua negação carrega — a atitude da ministra é incorreta, deselegante, pouco solidária com a equipe. Então ele não fala sobre fogo amigo, mas acrescenta que o presidente Lula afirmou várias vezes que a política econômica não muda. Ou seja, ele pede para não falar sobre as críticas da ministra, mas as responde. Ante a insistência de um deputado, ele admite a divergência, mas a justificativa sob a bandeira da democracia. O problema é que em equipe, e ele mesmo concorda, as divergências não podem ser públicas. Por mais que muitos quisessem justificar o fogo amigo — que é claramente resultado de construção de face num cenário de disputa de poder — pela democracia. Mas essa democracia para dizer o que se pensa deveria ter se restrita ao grupo, à casa, não à rua. Se o debate vem para a rua, a credibilidade da equipe fica ameaçada.

No dia seguinte ao novo depoimento de Palocci, o presidente Lula cancelou uma reunião da Junta Orçamentária, órgão que discute os gastos do governo, para evitar que um encontro entre Dilma e Palocci gerasse um novo confronto, conforme matéria publicada na página 8 de *O Globo* de 24 de novembro de 2005.

*“A explicação oficial para o cancelamento da reunião foram problemas na agenda de Lula, mas a decisão revela a preocupação do presidente de não acirrar o clima de tensão entre a área econômica e Dilma, que diminuiu para mas não foi totalmente superado”,* informa o jornal.

Na página 4 da mesma edição, *O Globo* mostra que em evento realizado em Niterói, Lula fez elogios rasgados ao ministro da Fazenda. Numa forma de consertar o discurso anterior em que aborrecera o ministro ao afirmar que a política econômica era o governo e não de Palocci, Lula classificou o ministro de imprescindível. Disse o presidente:

*“Palocci está tranqüilo. Acho que não dá para a gente se deixar levar em especulações. Palocci é uma figura imprescindível para o Brasil. Todo mundo sabe o que ele significa para a economia brasileira”.*

No mesmo evento, o presidente ainda fez novos elogios ao ministro da Fazenda, como mostra a reportagem: *“Mais uma vez, elogiou Palocci, ao declarar que*

*as pessoas deveriam agradecer o que o ministro fez pela economia do Brasil.*

*Indagado se Palocci seria mantido até o fim do seu governo, respondeu:*

*- Fica, fica.”*

Nesse contexto de guerra pública, via mídia, o elogio – estratégia essencial de polidez positiva, é usado pelo presidente Lula para apagar o fogo e atear fogo. Ao elogiar só Dilma, ateou fogo em Palocci. Ao voltar a elogiar Palocci apaga o fogo que ele mesmo lançou. A defesa incisiva foi uma forma de acalmar o mercado financeiro e principalmente o próprio ministro. Logo depois disso, o presidente determinou que queria o fim das brigas públicas e convocou os dois ministros para um encontro face a face . Avisou que não admitiria mais desavenças públicas, assumindo enfim o papel de cacique.

A decisão do presidente foi para a manchete de *O Globo* de 28 de novembro de 2005: **“Lula convoca Dilma e Palocci para um encontro frente a frente”**.

A reportagem, publicada na página 3, **“Dilma e Palocci cara a cara”**, informa que por determinação do presidente os dois iriam se encontrar naquela segunda-feira na reunião de coordenação política. O texto diz ainda que durante o fim de semana Lula conversara com os dois para dizer que gostaria de manter os dois na equipe, mas não aceitaria mais brigas públicas.

*“Chega! O estrago dos últimos dias foi enorme”*, disse Lula.

De acordo com a reportagem, o presidente vinha demonstrando impaciência com a reação de Palocci aos ataques de Dilma. Além das ameaças de deixar o governo, o ministro faltara a duas reuniões preparatórias de Comissão de Orçamento para não encontrar a ministra e, durante uma solenidade do Palácio do Planalto, o ministro chegou a demonstrar toda sua irritação, quando permaneceu com cara de poucos amigos e fez questão de demonstrar com atitude e expressão facial, todo sua impaciência e desconforto. De novo Palocci não falou, não assumiu a autoria de uma reclamação, mas usou uma forma indireta de dar eco à sua insatisfação.

Obedecendo às ordens do presidente os dois ministros se encontraram no domingo anterior, dia 27, na casa de Dilma Roussef, e negociaram as condições do cessar-fogo, basicamente: um esforço conjunto para realizar ainda no mês de dezembro o máximo possível dos gastos previstos no orçamento do país para 2005. Com isso, o superávit primário, até então em 5,97% do Produto Interno Bruto (PIB) deveria baixar para 4,6% ou 4,9% do PIB, ainda acima da meta que fixara o indicador em 4,25%. O acordo foi divulgado pelo *O Globo* de 29 de novembro de 2005, na man-

chete **“Palocci e Dilma acertam trégua cobrada por Lula”**. Assim, no início da reunião da segunda-feira, os dois anunciaram a Lula que haviam entrado em acordo e assumido o compromisso de não tratar de suas divergências publicamente.

A reportagem da página 3 do jornal **“Cessar-fogo a mando do chefe”** informa que Lula entrou na reunião e perguntou : *“E aí ? Tudo bem entre vocês?”* e foi informado do acordo. O texto não traz comentários de Dilma ou de Palocci sobre o acordo.

O superávit primário de 2005 foi de R\$ 93,5 bilhões ou 4,84% do Produto Interno Bruto e superior à meta fixada pelo próprio governo que era de 4,25% do PIB. Foi a maior economia de gastos feitas para pagar juros desde 1994, quando o indicador atingir 5,21% do PIB. Os gastos totais com juros no ano chegaram a R\$ 157,145 bilhões e a dívida pública cresceu 5% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1,002 trilhão.

## 6.8 - Hélio Bosta e Gilberto Vil

O último e dos mais curiosos episódios de fogo amigo do governo Lula no período coberto por este trabalho envolveu dois ministros estreados nesse tipo de interação: Gilberto Gil, da Cultura, e Hélio Costa, das Comunicações, conforme mostra a matéria **Gilberto Gil e Hélio Costa no cordel da discórdia**, de *O Globo* de 30 de março de 2006. Durante uma aula inaugural na Escola de Comunicação da UFRJ, Gil recitou para uma platéia de 300 pessoas um cordel de uma autora pernambucana sobre o projeto de TV digital no Brasil, que fazia graves ameaças à face do colega das Comunicações, nos seguintes versos:

*"A nossa televisão tá prestes a ser mudada, e pode ser melhorada se o povo se unir e agindo exigir TV democratizada*

*Quem internet não tem, nem sabe o que é e-mail, desfrutará desse meio e outras coisas também, pois a tal TV contém tudo isso reunido, bastando ser escolhido o modelo ideal pra inclusão social*

*O governo federal, muito mal representado, tem ministro de Estado teu empresário boçal*

*O tal ministro citado, que se chama Helio Costa, de fato somente aposta no monopólio privado*

*Três modelos são usados em países estrangeiros. Falta agora o brasileiro que já vem sendo estudado, mas não é incentivado pelo ministro Hélio Costa que com uma conversa de bosta só que saber da imagem e do que traz de vantagem o comércio de resposta*

*Não dá mais para ficar da forma como está nas mãos de uma minoria que defende a hegemonia de cruéis monstros Globais"*

De Brasília, o ministro das Comunicações reagiu no mesmo dia: convocou uma coletiva para fazer ameaças à face do Gil, a quem acusou de estar "desatualizado e desinformado" sobre o assunto, que está em discussão no governo. Ele disse ainda que o colega não participa das reuniões, onde é "sempre representado pelo verdadeiro ministro da Cultura, que é o secretário-executivo (João Luiz Silva Ferreira)". E desafiou Gil a "falar bosta na frente da ministra Dilma (Rousseff, chefe da Casa Civil, que também integra o grupo interministerial que trata de TV digital".

# Gilberto Gil e Hélio Costa no cordel da discórdia

Ministro da Cultura lê, para estudantes, texto com críticas ao titular das Comunicações, que responde com ofensas

Fátima Oliveira e Mônica Tavares

• **Em** a BRASÍLIA. O rosário de embates públicos do primeiro escalão do governo Lula ganhou mais uma crônica. Dessa vez, os protagonistas foram os ministros da Cultura, Gilberto Gil, e das Comunicações, Hélio Costa. Convocado a dar a aula inaugural da Escola de Comunicação da USP, dentro de manhã, no Rio, Gil recebeu para uma plateia de 300 pessoas o texto de cordel de uma autora pernambucana que criticou a defesa de um modelo brasileiro para a TV digital e ofendeu a seu colega de ministério. O poema tratou os versos: "Hélio Costa/ de fato somente apostas/ no monopólio privado" e "com uma conversa bosta/ só quer saber da imagem/ e do que traz de vantagem/ o conteúdo de resposta".

De Brasília, Costa reagiu imediatamente. Acusou Gil de estar "desatualizado e desinformado" sobre o assunto, que está em discussão no governo. Adicionou que o colega não participa das reuniões, onde é "sempre representado pelo verdadeiro ministro da Cultura, que é o secretário-executivo (João Luiz Silva Ferreira)". E desafiou Gil a "falar bosta na frente da ministra Dilma (Kassouf, chefe da Casa Civil, que também integra o grupo interministerial que trata de TV digital)".

— Só lamento a delegação do ministro. Não é à toa que alguns amigos dele o chamam de Gilberto VII. Eu entendo agora a razão deles. Porque para um ministro de Estado, sem ter o conhecimento, fazer uma agressão como essa — disparar Costa, durante entrevista coletiva,

"Decidi não comentar. Era uma visão agressiva", disse Gil. Para o ministro da Cultura, todo não passou de um mal-entendido. Ele disse ao GLO-

## A peleja do Fala Bosta e do Vil que não viu mas leu



Renato Aragão/Contraste/29.3.2006



Roberto Duarte/Imagem/29.3.2006

### Trechos do cordel

- "A nossa televisão tá preta e sem mudança, e pode ser melhorada se o povo se unir e agitar essa TV democratizada".
- "Quem internet não tem, nem sabe o que é e-mail, desfrutar desse meio e outros coisas também, pois a tal TV contém tudo isso heinhe, incluindo ser inserido o mesmo ideal de inclusão social".
- "O governo federal, muito mal representado, tem ministro de Estado que empurra bosta".
- "O tal ministro chato, que se chama Hélio Costa,

de fato somente apostas no monopólio privado".

- "Diz muitos são ouvidos em países estrangeiros, fala agora o brasileiro que já vem sendo estudado, mas não é inventado pelo ministro Hélio Costa que com uma conversa bosta só quer saber de imagem e do que traz de vantagem o conteúdo de resposta".
- "Não dá mais para ficar de forma como está nos mãos de uma minoria que defende a hegemonia de outros ministros Gilbete".
- A desleixada: "Não tinha foto antes. Quando vi a referência ao ministro Costa, resolvi não comentar. Era uma aula sobre comunicação, sobre democracia... Quem pediu desculpas ao ministro Hélio Costa se ele soube como ofensa. Se soubesse do conteúdo do cordel, por uma questão de delicadeza, não teria lido".

### A resposta de Hélio Costa

- "Só lamento a delegação do ministro Gil. Não é à toa que alguns amigos o chamam de Gilberto VII. Eu entendo agora a razão deles. Porque para um ministro de Estado, sem ter o conhecimento, fazer uma agressão como essa".
- "É ele sabe, porque participa das reuniões, que não é o ministro Hélio Costa que decide as coisas. Pelo contrário, muito embora ele seja um ouvidos, e esteja sempre representado pelo verdadeiro ministro da Cultura, que é o secretário-executivo dele. E, de mais, ultimamente nem o secretário-ministro tem aparência. Não já recebemos dezenas de reuniões e ele (Gil) sabe que não é o ministro das Comunicações que decide, pelo contrário".
- "O desrespeito ao ministro Gil com relação a comunicação e a TV digital é que leva a isso. Ele não teve sequer o cuidado de ler cuidadosamente sobre a TV digital... Ele deveria ter lido o cordel na frente do ministro Dilma (Kassouf,

da Casa Civil, que participa das reuniões sobre TV digital). Quero ver se ele consegue falar tanta na frente do ministro Dilma".

- "Como ele é o autor de algumas peças absolutamente dramáticas, que eu como senador acompanhei, como a criação do ministro Arns, que queria levar em 4%, levou as empresas de comunicação do país, para poder pagar as estruturas do doutor Gilberto Gil e seus amigos, evidentemente que pode ser a partir daí que ele esteja atencioso com o ministro Hélio Costa e por sua vez é desleixado com o ministro Hélio Costa".
- "É um assunto e delegação, provavelmente ele não leu antes o cordel. E no fim, como não podia contar o embate do cordel, ficou o artigo fazendo graça para um grupo de estudantes em vez de se comportar como ministro de Estado".
- "Se tiver que ser criticado logo deveria de controlar a boca do Gilberto Gil, ainda é uma boa palavra colar que ele faz bem" (Costa, sobre a possibilidade de deixar o ministério para disputar as eleições este ano).

## Bate-boca é comum no primeiro escalão

esteja aborrecido com o ministro Hélio Costa e, por sua vez, é desleixado com o ministro Hélio Costa — afirmou.

*“Só lamento a deselegância do ministro. Não é à toa que alguns amigos dele o chamam de Gilberto Vil. Eu entendo agora a razão deles. Porque para um ministro de Estado, sem me dar conhecimento, fazer uma agressão como essa .”*

Armada a confusão, Gil tentou salvar sua própria face por meio de estratégias de reparo à face do colega. Disse que tudo não passara de um mal-entendido e que ele só se deu conta das ofensas ao colega depois de pronunciá-las. Antes mesmo da publicação da reportagem ele disse ao *Globo*, que recebeu o texto "**Brasileiros, atenção - O cordel da TV digital**", da jornalista e poeta Luciana Rabelo e não tinha lido, mas o selecionou aleatoriamente na pasta em que guarda o material sobre TV digital. Começou a leitura e quando se deu conta das referências a Costa, era tarde:

*“Nunca havia lido o texto, resolvi ler na hora. Quando vi as referências ao ministro, decidi não censurar. Era uma visão agreste, árida sobre o tema, mas eu estava numa aula sobre comunicação, sobre democracia. Queria mostrar que esse assunto está sendo debatido em todo o país, há vozes e opiniões de todos os lados.”*

Constrangido, segundo o relato do jornal, Gil afirmou que o texto não expressa sua posição no debate governamental sobre TV digital nem tampouco sua opinião sobre o colega das Comunicações e, publicamente, pediu desculpas.

*“Quero pedir desculpas ao ministro Hélio Costa, se ele tomou como ofensa. Se soubesse o conteúdo do texto, por uma questão de delicadeza, nem teria lido. Não foi intencional, foi totalmente por acaso. Foi um ato democrático de ecoar qualquer voz” - disse o ministro da Cultura, sem conhecer o teor das declarações de Costa.*

O ato de ameaça praticado por Gilberto Gil introduz dois elementos inovadores pela intensidade tanto no ataque, ao usar a palavra bosta para se referir a um ministro, quanto no reparo, por ser o primeiro autor de fogo amigo analisado nesse estudo a fazer um pedido público de desculpas, ainda que não seja uma desculpa em seu sentido pleno, como veremos no próximo capítulo. O ministro da Cultura também inova na estratégia de reparo utilizada. Ele nega a responsabilidade pela autoria do ato, não dizendo que não fez, ou não disse aquelas palavras, mas sim afirmando que não conhecia o seu teor até o momento da fala, ou seja, ele fez o ato mas sem saber da ameaça que continha. É uma linha de defesa que quase se aproxima da tradicional tese de agir sem o controle das faculdades mentais. Gil tinha o controle dessas faculdades mas não as usou, não tinha domínio da situação, do conteúdo. Há também a justificativa: era uma aula de comunicação e democracia.

As explicações não convenceram Hélio Costa, que, além de novos ataques questiona inclusive a atitude de Gil ante ao fato dele pertencer ao mesmo grupo e

utiliza polidez negativa, ao fazer imposições sobre a forma que o ministro deveria ter agido e não agiu.

*“Primeiro, ele deveria ter lido o cordel na frente da ministra Dilma. Queria ver se ele consegue falar bosta na frente da ministra Dilma. Se usa o palavreado chulo na frente do presidente, dos ministros de Estado, ou ele **não pertence a este grupo** ou está lá por acaso”*

Além de enfatizar a falha de Gil como membro da equipe, o fato de ter agido como se não pertencesse ao grupo já que o critica tão ferozmente, Helio Costa toca na questão do poder. Deixando claro que a ministra Dilma Rousseff é mais poderosa do que ele, desafia Gilberto Gil a fazer as mesmas ofensas na frente da ministra da Casa Civil. Costa também sugeriu que Gil estaria se vingando da época em que, como senador, Costa foi contrário ao projeto da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

*“Ele é o autor de algumas peças absolutamente dramáticas, que eu como senador acompanhei, como a criação do monstro Ancinav, que queria taxar em 4% todas as empresas de comunicação do país, para poder pagar as estripulias do doutor Gilberto Gil e seus amigos. Evidentemente, pode ser a partir daí que ele esteja aborrecido com o senador Hélio Costa e, por sua vez, é deselegante com o ministro Hélio Costa.”*

O ministro das Comunicações rejeita as desculpas e responde com uma série de ameaças à face do colega. E introduz uma estratégia interessante de se referir a si próprio em terceira pessoa, identificada pelo cargo que ocupa. A fala, que repete uma prática há muito usada por Pelé, expressa claramente a idéia de personagens diferentes: o senador Helio Costa, o ministro Helio Costa. É como se o ministro dissesse, eu não sou eu, eu sou o cargo que, por sua vez, depende de minha posição na equipe.

*“E ele sabe, porque participa das reuniões, que não é o ministro Hélio Costa que decide as coisas. Pelo contrário, muito embora ele seja um ausente, e esteja sempre representado pelo verdadeiro ministro da Cultura, que é o secretário-executivo dele. E, às vezes, ultimamente nem o secretário-ministro tem aparecido. Nós já realizamos dezenas de reuniões e ele (Gil) sabe que não é o ministro das Comunicações que decide, pelo contrário.*

*O despreparo do ministro (Gil) com relação à comunicação e à TV digital é que leva a crer que não teve sequer o cuidado de ler cuidadosamente sobre a TV digital ...*

*É um absurdo a deselegância, possivelmente ele não leu antes (o cordel). E no fim, como não podia cortar o embalo do bonitinho, ficou o artista fazendo gracinha para um grupo de estudantes em vez de se comportar como ministro de Estado*

*Se tiver que sair candidato faço questão de contratar a banda de Gilberto Gil, aliás é uma das poucas coisas que ele faz bem”*